

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Mestrado Em ARQUEOLOGIA E AMBIENTE

SANTO ANTÃO: O Património e o Ambiente



*Dissertação de Mestrado realizada por **Francisca Dias Coelho***

Orientadora: Prof. Doutora Leonor Rocha

ÉVORA, Outubro de 2010

Aos meus pais: Ernesto e Sofia

À Tina, ao Renato e à Luly

Em memória da minha avó Juliana

0. Agradecimentos

Passo a particularizar os agradecimentos (e que não se ofendam os que não estão incluídos de seguida, mas o número de páginas e o âmbito desta secção é finito):

À Patrícia, Susana, Dina, Rita, Celsa, Carlos, Martinha, Cátia, Virgínia, Marisa e Aracy por me terem mostrado uma forma de companheirismo entre colegas que foi, no mínimo, de uma generosidade impressionante.

Á Celsa, Dji, Elisabete e Nélide, pelo apoio imediato mesmo que a distância fosse longa.

Agradeço o apoio e a orientação da minha orientadora e directora do Mestrado Professora Dra. Leonor Rocha pela possibilidade de ver este trabalho dar frutos positivos, porque só isso constitui uma verdadeira recompensa. Agradeço-lhe igualmente pelas palavras de apoio e pela confiança depositada na minha pessoa, o que também contribuíram para encorajar-me e fazer-me seguir em frente.

Agradeço aos Professores Jorge Oliveira e Clara Oliveira, pela força, pelo carinho, pela dedicação e inspiração, um especial obrigado.

A Ana e à Carmo pelo sorriso e carinho, que tão bem faz nas horas de maior aflição.

Não posso deixar de mencionar, agradecendo, às pessoas que me acompanharam de perto e se preocuparam intensamente com o meu desempenho, a Catarina, o avô José João, a avó Maria Antónia, a avó Marcelina, tia Iuiu e à tia Joana.

Às Câmaras Municipais da Ribeira Grande e do Paul, em especial ao arquitecto Zé Graça, e aos Vereadores Paulo Rodrigues, Jorge Pires e João Fortes.

Aos senhores, João Pires Ferreira, e João Roso. Aos funcionários do Ami-Paul em especial ao Engenheiro Odair, a Giselene, ao meu tio Gregório, o Manuel e a Maria de Paula pelo companheirismo ao longo dos últimos três meses de pesquisas.

Aos meus sobrinhos agradeço a alegria e a leveza.

Às Famílias Dias, Coelho, Pires e Da Luz.

Aos meus pais agradeço tudo o que se podia escrever e tudo o que não se consegue escrever. Agradeço-lhes, principalmente, a liberdade e o abraço.

Agradeço à minha irmã Albertina, e aos meus amigos, pelo apoio e carinho dados.

Agradeço a Luly, Sofia, Paula, Bruno e Renato por tudo que têm feito por mim.

Francisca Dias Coelho

Évora, Outubro de 2010

Índice

0. Agradecimentos.....	3
1. Introdução	9
1.1. Enquadramento da tese.....	9
1.2. Objectivo da tese	10
2. Contextualização histórica de Santo Antão.....	11
2.1. Breve Historial da ilha.....	11
2.2. Enquadramento sócio - político do processo do povoamento e da instalação do aparelho administrativo da ilha.....	13
2.2.1. Povoamento.....	13
2.2.3. Administração.....	16
2.2.4. Sociedade.....	19
3. Contextualização geomorfológica da ilha Santo Antão	21
3.1. O Geográfico	21
3.2. A Flora	23
3.3. Fauna	31
3.4. A Paisagem	34
4. Património Construído.....	35
4.1. Introdução.....	35
4.2. Lista dos monumentos Inventariados	36
4.2.1. Metodologia	36
4.2.2. Sítios Inventariados	38
4.3. Organização do espaço construído	81
4.3.1. Povoamento e estrutura demográfica.....	81
4.3.2. Ocupação do solo	83
4.3.3- Impacte ambiental provocado pelas alterações na ocupação do solo e na qualidade do ar...84	
4.3.4. O plano de ocupação do solo definida no futuro MTPSA e a realidade local	85
4.3.5. Que projecto para Santo Antão?	88
5. Conclusões e Sugestões	91
6. Bibliografia	94
6.1. Geral.....	94
6.2. Revistas e outros Documentos consultados.....	95
6.3. Sites consultados:.....	96
7. Anexos	97
7.1. Cartografia.....	97

7.2.	<i>Património Edificado</i>	99
7.3.	<i>Património natural</i>	107
7.4.	<i>Plantas endémicas da Ilha de Santo Antão</i>	116

Resumo

O aumento da participação de destinos tidos como “ecoturismo” no segmento turístico gerou expectativas em muitas regiões do planeta, especialmente nas que apresentam maiores carências a nível económico.

A participação no circuito turístico sem precauções de sustentabilidade está na origem do avolumar de fragilidades nas restantes potencialidades naturais e sociais levando, mesmo, à adulteração da identidade local com prejuízo para os recursos aí existentes.

A adesão de Cabo Verde ao circuito turístico, caracterizada pela consciência da potencialidade dos valores naturais, humana e tradicionais do país, necessita todavia, da implementação de políticas no contexto de um Ordenamento do sector do Turismo, com vista a atingir resultados sustentáveis em apoio à frágil situação económica das suas regiões.

Neste contexto, a ilha de Santo Antão surge como uma região de grandes potencialidades, graças ao reconhecimento das suas qualidades. Tendo em consideração a procura crescente do sector na ilha, pretende-se com este estudo, contribuir para que o desenvolvimento económico da região se possa desenvolver, com base na utilização dos seus recursos, não só pela melhoria das comunidades e pelo aumento de emprego e rendimentos, mas também pelo reforço da vida comunitária, da melhoria do bem-estar e da integração social dos residentes, assim como também pelo desenvolvimento cultural de toda a ilha.

Palavras-chave: Santo Antão, Ambiente, Património.

Abstract:

The increased participation of destinations considered "ecotourism" in the tourism sector has raised expectations in many parts of the planet, especially in those with the greatest shortcomings in the economy.

Participation in the tourist circuit without sustainability precautions is the origin of the swell of weaknesses in the natural and social potentialities, even leading to adulteration of local identity with to the resourcest herein.

The adhesion of Cape Verde to the tourist circuit, characterized by an awareness of the potentialities of its natural values, and traditional human needs, however, the implementation of policies in the context of a Planning in the Tourism sector to achieve sustainable results in support of the fragile of its delicate economic situation of their regions.

In this context, the island of Santo Antão emerges as a region of great potentialities, thanks to the recognition of their qualities. Taking into account the increasing demand in the sector on the island, it is intended with this study, contribute to the economic development of the region, so it can be developed based on the use of its resources, not only for improving communities by increasing employment and income but also by strengthening community life, improving the welfare and social integration of residents ad the cultural development of the whole islnd.

Keywords: Santo Antão, The Environment, Heritage.

1. Introdução

1.1. Enquadramento da tese

O crescimento de Cabo Verde nos últimos anos tem sido impressionante, contagiando todos os sectores de desenvolvimento.

Porém um balanço a nível do ambiente e da preservação do Património, em particular, revela grandes lacunas que precisam de ser exploradas e estudadas.

O desenvolvimento do sector turístico do país precisa de estar preparado para que haja um turismo sustentável, virado para as questões ambientais e Patrimoniais.

Santo Antão não foge a esta regra, pois para haver desenvolvimento turístico é preciso criar condições que garantam a protecção não só da fauna e da flora mas, também do Património.

Em Cabo Verde, embora ainda não haja uma consciência formada sobre o que é o Património e a sua valorização, verifica-se que o governo começa agora a dar os primeiros passos na matéria, com a inclusão deste tema no Programa do Governo, iniciando também uma batalha pois a população não faz o um mínimo esforço para facilitar este processo. É bem visível nos principais Centros Históricos, por exemplo, a destruição dos edifícios de arquitectura colonial para dar lugar a majestosos edifícios contemporâneos.

É neste contexto que quis fazer algo para chamar a atenção das autoridades santantoneses alertando para a preservação, tanto do Património como do Ambiente, pois são estes os pontos fulcrais para o desenvolvimento de qualquer região.

Santo Antão tem uma grande potencialidade para desenvolver um turismo de carácter sustentável, capaz de gerar e criar riquezas para a sua população. Um turismo virado para a preservação de naturezas e dos recursos existentes como é o caso do Património histórico-arqueológico.

Devido à nossa paisagem majestosa, e única, em Cabo Verde somos capazes de atrair para a ilha vários tipos de turistas, pois estamos dotados de elementos que garantem lazer, diversão e bem-estar a qualquer turista.

1.2. Objectivo da tese

O objectivo desta tese é fazer um levantamento Ambiental e Patrimonial da ilha de Santo Antão, definir as estratégias de gestão dos recursos naturais e patrimoniais, identificando os problemas, as oportunidades, prioridades de desenvolvimento da ilha, estabelecendo acções visando a utilização dos recursos de forma sustentável, ou seja integrar as preocupações Ambientais e Patrimoniais na planificação do desenvolvimento económico e social, a nível da ilha da Santo Antão.

Esta tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro Capítulo apresenta-se o enquadramento de tese e os objectivos a atingir. No segundo Capítulo apresenta-se a contextualização histórica de Santo Antão, com uma breve história da ilha, o enquadramento sociopolítico do processo do povoamento e da instalação do aparelho administrativo da ilha. No terceiro Capítulo, a Contextualização geomorfológica da ilha de Santo Antão. No quarto Capítulo, apresenta-se o levantamento do Património da ilha. No quinto e último Capítulo são sintetizadas as principais conclusões deste trabalho.

2. Contextualização histórica de Santo Antão

2.1. Breve Historial da ilha

A data de descoberta do arquipélago de Cabo Verde tem gerado polémica, uma vez que existem várias teorias sobre este assunto. No entanto, confrontando as várias fontes narrativas conclui-se que António de Noli e Diogo Gomes são os descobridores oficiais dessas ilhas no ano 1460, antes da morte do Infante D. Henrique ocorrido a 13 de Novembro do mesmo ano¹.

De acordo com a bibliografia existente (Idem, Ibidem) a ilha de Santo Antão terá sido descoberta pelo Genovês António de Noli, no ano de 1462, mais precisamente a 17 de Janeiro do referido ano, data em que se celebra o aniversário do seu achamento, que é o dia de Santo Antão, seu Santo onomástico.

À semelhança das outras ilhas também aqui vigorou o regime de doações de capitânicas donatárias, de 13 de Janeiro de 1538 a 7 de Agosto de 1759, conforme a carta de 13 de Janeiro de 1538 pela qual D. João III a deu de jure e herdade a João de Sousa e por este ter morrido, a seu irmão Gonçalo de Sousa.²

Em 1593, tendo revertido a ilha para a coroa, o rei Filipe II de Espanha doou a mesma a D. Francisco Mascarenhas e com iguais condições, reservando o monarca, para si a correcção e alçada de todas as rendas.

A povoação de Santa Cruz, hoje vila da Ribeira Grande, foi fundada por D. Francisco Mascarenhas primeiro conde de Santa Cruz e Orta.

Em 1608, Filipe II confirmou a doação da ilha a D. Martinho Mascarenhas segundo Conde de Santa Cruz. Em 1624, Filipe III outorgou a doação a D. João

¹ Amaral, Ilídio do. Cabo Verde - Introdução Geográfica in História de Cabo Verde. Lisboa (s/ed).1991. vol I. pag 38.

²Descoberta / Povoamento/ Envagelização do arquipélago de Cabo Verde, Separata de STV, Dia, Revista semestral (S/ed), 1962 n° 10.

Mascarenhas marido de D. Beatriz e terceiro Conde de Santa Cruz, para ter em 1625, através do alvará de doação de Santo Antão D. Martinho de Mascarenhas, quarto Conde de Santa Cruz como herdeiro directo da sua mãe.³

Em 1685, por morte de D. Martinho, a ilha passou para o seu filho, o Conde D. João Mascarenhas, quinto Conde de Santa cruz, o qual acabou por vender a aos ingleses, em 1724.

Conforme a revista EKHOS do Paul, “Contra a venda perpetrada pelo donatário, os moradores da ilha fizeram uma representação quando viram chegar um navio inglês para tomar posse, e como consequência da venda aos ingleses a ilha de Santo Antão reverteu para a coroa e os ingleses expulsos.”

A ilha foi restituída mais tarde ao Marquês de Gouveia, e duque de Aveiro D. José Mascarenhas o sexto Conde de Santa Cruz, mas agora com menos privilégios que os seus antepassados, como por exemplo obrigatoriedade de mandar despachar os produtos na Alfândega de Santiago, fiscalização dos direitos e manutenção da ordem na ilha por feitores e capitães – mores de nomeação régia.⁴

³Revista Ekhos do Paul, Junho, 1996, nº 8/91, pag 54, 55.

⁴Idem, Ibdem, 1996, nº 8/91, pag 54, 55, 56.

2.2. Enquadramento sócio - político do processo do povoamento e da instalação do aparelho administrativo da ilha.

2.2.1. Povoamento

Do ponto de vista histórico diz-se que as ilhas de Cabo Verde eram desabitadas quando foram descobertas. O povoamento do arquipélago ter-se-á iniciado pela ilha de Santiago e as outras ilhas terão sido povoados posteriormente⁵.

A ser assim a ocupação humana só se inicia cerca de cento e cinquenta anos depois, o que contraria a carta de doações de 17 de Outubro de 1593, concebida por D. Felipe a D. Francisco de Mascarenhas onde se refere: «tomo posse do gado e escravo e de todos os moveis existentes na ilha pertencentes a Beatriz de Távora mulher de Gonçalo de Sousa, a qual ficarão somente as terras que o seu marido e seus sucessores tinham e compraram nas ilhas»⁶.

De acordo com M. H. Ferro, “o Povoamento foi iniciado por algarvios, alentejanos e minhotos enviados pelo Infante D. Fernando porque a sua única actividade económica era a agricultura”.⁷

Este povoamento era feito em regime de donatárias, o que acentuava muito o carácter feudal, e que terá levado os colonos a importarem a mão-de-obra negra, constituída na sua maioria por escravos, já latinizados ou mesmo libertos.

O povoamento da ilha foi consumado por gentes das mais diversas proveniências, na sua maioria, escravos da costa africana sobretudo da Guiné vindos da ilha de Santiago, através dos donatários colonos europeus do Sul da metrópole.

⁵ Revista Ekhos do Paul, Junho, 1996, nº 8/91, pag 54, 55

⁶ Idem, Idbem pg 54, 55

⁷ FERRO, Maria Haydée F, Subsídios para a história da ilha de Santo Antão de Cabo Verde, (1460- 1900), Instituto de Promoção Cultural, tese, 1998, pg11.

*“Depois devido a benignidade do clima em relação as ilhas irmãs chegaram a ela os espanhóis, os italianos, os franceses, os Norte Americanos seguidos pelos judeus, colonos que fundiram com as negras dando origem ao mestiço crioulo”.*⁸

*Por Decreto de 30 de Agosto de 1731 fora criado, pela primeira vez, o Concelho de Santo Antão, com sede em Ribeira Grande, até aí denominada “Povoação de Santa Cruz”.*⁹

*Nessa altura, no dizer do Ouvidor Geral José da Costa Ribeiro, Santo Antão tinha mais de 370 fogos “todos dentro da povoação apelidada da Ribeira Grande”.*¹⁰

*Isso quer dizer que, só a Ribeira Grande, devia contar com 1.800 habitantes, se tomarmos em média cinco pessoas por fogo, cálculo por defeito se consideramos os padrões cabo-verdianos.*¹¹

Por volta do ano de 1856, os habitantes das freguesias de Santo António das Pombas e de São João Baptista solicitaram a formação de um novo Concelho procurando assim separar-se do resto da ilha de Santo Antão.

*Em 1860, a Câmara Municipal de Santo Antão manifestou-se pela criação de um novo Concelho, tendo enviado ao reino uma contra – proposta, de 24 de Outubro de 1860.*¹²

Esta decisão parece não ter sido pacífica uma vez que existem registos de protestos por parte dos habitantes da Freguesia de São João Baptista, contra a divisão

⁸ROCHA, Agostinho, *Subsídios para a história da ilha de Santo Antão (1462- 1983) ed. Autor com o patrocínio do Ministério da Educação. Pg 14*

⁹ROCHA, Agostinho, *Subsídios para a história da ilha de Santo Antão (1462- 1983) ed. Autor com o patrocínio do Ministério da Educação. Pg 17*

¹⁰Idem *Ibidem*

¹¹Idem *Ibidem*

¹²Ferreira, José Manuel Silva Pires, *GERAÇÃO DOURADA, Ensaio de História do Paul de Santo Antão, Edições Calabedotche, 1 Edição, Mindelo, 1999,*

Concelhia, declarando que não tinham acompanhado os seus vizinhos de S. António das Pombas, no pedido. Na realidade, simultaneamente, a Câmara pretendia criar novos impostos com o argumento de que isso decorria das novas contribuições face às despesas de instalação do novo Município¹³.

Porém, o Governador acabou por desistir dos seus intentos, também devido às dificuldades com que se foi deparando para encontrar gente que pudesse ocupar os cargos exigíveis pelo novo Município, embora a Freguesia de S. António das Pombas fosse uma das mais importantes do Concelho, não tinha meios suficientes, particularmente humanos, para suportar um Município.

Tal divisão só veio a ocorrer quase uma década depois. Por Decreto de 3 de Abril de 1867, a ilha foi dividida em dois Concelhos com sedes respectivamente na Vila da Ribeira Grande (que mais tarde foi transferida para a Vila D. Maria Pia), e na povoação das Pombas.¹⁴

Assim a divisão administrativa da ilha passou a respeitar os parâmetros que passamos a citar: “ao Concelho do Paul pertenciam as Freguesias de Santo António Das Pombas e de São João Baptista, ocupando esta última 2/3 da superfície total da ilha salientando que a população desta freguesia era superior à da outra dizendo ainda que a Freguesia de São João Baptista era considerada o celeiro da ilha e abastecia de cereais a Freguesia de Santo António das Pombas.

No que diz respeito ao Concelho da Ribeira Grande, este ocupava apenas ¼ (um quarto) da área da ilha. Abrangia as Freguesias de Nossa Senhora do Rosário, do Santo Crucifixo, e de São Pedro Apóstolo.

Em 1892, por Decreto de 24 de Dezembro houve uma reforma administrativa que extinguiu o Concelho do Paul e criou um único Concelho de Primeira Classe na

¹³ Ferreira, José Manuel Silva Pires, GERAÇÃO DOURADA, Ensaio de História do Paul de Santo Antão, Edições Calabedotche, 1 Edição, Mindelo, 1999

¹⁴ Idem, Ibidem

ilha, com sede na Vila D. Maria Pia e composto pelas cinco Freguesias já atrás referidas”¹⁵.

Deste modo, nos finais do século XIX a ilha já se encontra dividida em seis Freguesias: Nossa Senhora do Rosário com 7.609 habitantes, incluindo a população que pertence à de Nossa Senhora do Sacramento (hoje Nossa Senhora do Livramento) que excedia os 1.000 habitantes; a de S. Crucifixo, com 5.483 habitantes; a de S. Pedro Apóstolo com 3.033 habitantes; a de S. António das Pombas com 3.404 habitantes e a de S. J. Baptista, com 4.206 habitantes, esta divisão administrativa mantém-se até à data actual.

2.2.3. Administração

O sistema de administração da ilha de Santo Antão era em tudo semelhante ao da ilha de Santiago, ou seja, era administrada através de uma Capitania. A administração passaria, também pela implantação de outras instituições, nomeadamente a estrutura Municipal.

Esta estrutura administrativa foi constituída à medida que os núcleos populacionais se formavam, aparentemente no decurso da primeira metade do século XVIII. É nesse sentido que no ano de 1728 o Rei ordenou o Ouvidor José da Costa Ribeiro para visitar as lhas de Cabo Verde e o informasse sobre a situação da administração das mesmas¹⁶.

¹⁵Revista Ekhos do Paúl, Junho, 1996 n.º 8/91 pg 56, 57

¹⁶LOPES, Maria José – A câmara municipal de S. Antão: Criação e evolução (1732 – 1870) “ **A câmara municipal de Santo Antão (1732 – 1870)**. In: **Revista Africana**. Nº5. Especial universidade portugalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Porto, Setembro de 1998. Pag.110

No fim desta visita, em Carta datada de 16 de Abril de 1731, o Ouvidor prestou informações ao Rei dizendo que: era necessário dar-se remédio, do espiritual assim como do temporal. Apresentou proposta para eventual resolução dos problemas.

Na sua carta dispunha que a ilha de S. Antão possuía mais de trezentos e sessenta fogos só na povoação de Ribeira Grande (Santa Cruz) e que em S. Nicolau mais de duzentos e sessenta, ambos com pessoas suficientemente capazes de criarem Villas com juízes ordinários, vereadores e mais oficiais da Câmara e outros a ella concernentes. Pois, em número dos moradores de uma destas Villas não é necessário deixarem de haver vinte e quatro pessoas capazes de servirem doze em cada três anos e se tiverem delles os mais oficiais”¹⁷.

Em virtude disso, é criado a 7 de Maio de 1732, o Concelho da ilha de Santo Antão, constituído um julgado ordinário abrangendo a ilha vizinha de S. Vicente, sedeada na Vila da Ribeira Grande, tendo esta substituída a antiga povoação de Santa Cruz.

Até 1851, não foram introduzidas grandes alterações a este judicial da Província de Cabo Verde. A partir dessa data a mesma passou a estar dividida em duas Comarcas, denominadas de Barlavento e Sotavento.

Cada Comarca ficou sob a jurisdição de um Juiz de Direito e de um Procurador Régio. A sede da Comarca de Barlavento permaneceu na ilha de S. Nicolau até 1874, data em foi transferida para a ilha de S. Antão, aí permanecendo até finais do século, altura em que a Comarca de S. Antão foi integrada na de S. Vicente.

Aparentemente a criação de Vila e de Concelho deveu-se á necessidade de combater os abusos dos Capitães Donatários e também de empenhar as populações na administração e progresso das suas localidades. Em termos judiciais passou para um

¹⁷Idem Ibidem.

*Julgado Municipal especial, sob a jurisdição da comarca de Barlavento com sede em S. Vicente*¹⁸.

*No ano de 1867, a ilha de Santo Antão foi dividida em dois Concelhos com o aparecimento do Concelho do Paul, com sede na Vila das Pombas, abrangendo as Freguesias de Santo António das Pombas e de São João Baptista. Em 1892, o Decreto de 24 de Dezembro, realiza uma reforma administrativa e, dada a proximidade entre as Vilas da Ribeira Grande e da Vila das Pombas, extinguiu-se o Concelho do Paul, ficando assim com um único Concelho de 1ª Classe, na ilha de Santo Antão, com sede na Vila D. Maria Pia (actual Vila da Ponta do Sol), composto pelas Freguesias de Nossa Senhora do Rosário, de S. Pedro Apóstolo, Santo Crucifixo, Santo António das Pombas e de S. João Baptista*¹⁹.

Em 1912, o Decreto-Lei de 19 de Abril, cria um novo Concelho, com sede no Porto dos Carvoeiros (actual Cidade do Porto Novo) constituído pelas Freguesias de São João Baptista e Santo António das Pombas, mas que nunca chegou a efectivar-se, provavelmente por razões de ordem política e financeira.

Em 1917, através da Portaria 327 de 11 de Outubro, o Paul reentrou em funcionamento como Concelho irregular.

*Em 1962, fundou-se novamente o Concelho do Porto Novo, depois de ter funcionado como Posto Administrativo, durante vinte anos, abarcando as Freguesias de São João Baptista e Santo André, (esta fundada em 1927)*²⁰.

¹⁸LOPES, Maria José – A câmara municipal de S. Antão: Criação e evolução (1732 – 1870) “ **A câmara Municipal de Santo Antão (1732 – 1870)**. In: *Revista Africana*. Nº5. Especial universidade portugalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Porto, Setembro de 1998. Pag.110

¹⁹Ferreira, José Manuel Silva Pires, *GERAÇÃO DOURADA, Ensaio de História do Paul de Santo Antão*, Edições Calabedotche, 1 Edição, Mindelo, 1999, pag 65.

²⁰ Fortes, António Manuel, *Revista “ Dados do Porto Novo”*, 2005, pag 5.

Santo Antão é a segunda maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, em superfície, possuindo características muito próprias, apesar de não a podermos desligar do contexto do arquipélago.

Esta ilha, tal como as restantes tiveram ao longo da sua existência histórica várias flutuações demográficas intimamente relacionadas com factores de ordem ambiental.

Entre estas destacam-se as secas, sobretudo quando são prolongadas, uma vez que provocam fomes e, por consequência, o aumento da taxa de mortalidade da população. A resistência a tais flagelos obriga a uma luta constante e verdadeiramente notável por parte da população da ilha, que cedo se deve ter percebido que a sua sobrevivência dependia da preservação dos recursos hídricos e do combate à erosão e à desertificação, abrindo estradas em condições difíceis e penosas, mas sem as quais a sua subsistência, praticamente não teria sido possível.²¹

Até à década de 40 do século XX, a ilha estava com um crescimento da sua população a ritmos relativamente ascendentes, não obstante as oscilações próprias que resultam da importância que a periodicidade e densidade das chuvas têm para uma ilha que vive predominantemente das actividades agrícolas e pecuárias.

A partir desta altura a situação reverte-se devido à seca. De facto, a prolongada seca que se inicia nesta altura provocou, por um outro lado, um elevado número de mortes e por outro, um grande êxodo para os meios urbanos particularmente para as zonas portuárias. Paralelamente assiste-se também, a um movimento migratório, para as outras antigas colónias portuguesas (designadamente São Tomé e Príncipe, Angola,

²¹ ROCHA, Agostinho, *Subsidio para a história da ilha de Santo Antão (1462- 1983)* ed. Autor com o patrocínio do Ministério da Educação,

etc.). Todos estes factores contribuíram para um grande decréscimo da população de Santo Antão.

Não obstante, isso, parece ter sido das ilhas que menos sofreu, comparativamente com as suas congéneres da periferia, que chegaram a perder mais de 20% da sua população entre 1940 e 1950²².

No entanto, esta tendência parece estar a inverter-se uma vez que, nos últimos anos tem havido um crescimento da população, que é bem visível no seguinte quadro:

Quadro 1. Evolução da população na ilha de Santo Antão

<i>Ano</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>
<i>População</i>	<i>35977</i>	<i>28379</i>	<i>33953</i>	<i>44623</i>	<i>43321</i>	<i>43845</i>

Fonte: Recenseamento Geral da População (RGPH) 1990

²² Censo de 1990. Direcção Geral de Estatísticas.

3. Contextualização geomorfológica da ilha Santo Antão

3.1. O Geográfico

Situada na costa ocidental africana, Cabo Verde encontra-se entre o trópico de Câncer e o Equador, mais precisamente no Atlântico Norte, a cerca de 500km do promontório de Cabo Verde no Senegal, donde lhe vem o nome. As ilhas encontram-se divididas em dois grupos administrativos: o grupo das ilhas de Barlavento que compreende as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus Raso e Branco e o grupo das ilhas de Sotavento, que se constitui pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava, com as ilhotas adjacentes²³.

De todas as ilhas do arquipélago esta é a mais ocidental e setentrional. Localizada no Atlântico Norte, dista do Meridiano de Greenwich 25° 1' 30'', do lado Leste 25° 22', do lado Oeste e do Equador 16° 30' Sul e 17° 12', a Norte. Tem uma superfície de 770 km² e o seu comprimento maior é de 42.750m entre a ponta de Tumba a N.E e a ponta de Camarina a S.W; em termos de largura, a dimensão máxima é de 22.970 m desde a ponta de Areias a N.E e o Cais dos Fortes, a S.W²⁴.

É a segunda ilha em extensão. O Topo de Coroa com os seus 1979 m de altitude é o ponto mais alto, integrando a cordilheira central que percorre na posição Este/Oeste com altitudes acima de 1.000m, proporcionado um grande ambiente micro climático e paisagístico.

²³ROCHA, Agostinho, *Subsidio para a história da ilha de Santo Antão (1462- 1983) ed. Autor com o patrocínio do Ministério da Educação*, pg 13.

²⁴Idem *Ibdem*, pag 13.

Sendo a mais montanhosa do arquipélago é dividida de Norte a Sul por uma extensa e notável cordilheira de primeira ordem, de onde partem ramificando-se irregularmente outras cordilheiras de montanhas de segunda e terceira ordem²⁵.

A ilha encontra-se toda, atravessada por profundos vales e montanhas bastante elevadas, sendo a sua transição realizada através de declives extraordinariamente acidentados.

Estas características geomorfológicas, a altitude e a exposição geográfica das encostas traduzem-se num clima muito variado, existindo, na mesma ilha, áreas muito árida e outras muito húmidas com temperatura também muito diversificada. De facto, chega a ter valores muito baixos, como a zona central, situada acima dos 1000 metros de altitude em que nos meses de Dezembro e Janeiro a temperatura do ar oscila entre 0 e 8 graus positivos²⁶.

Do ponto de vista geológico, a ilha é constituída fundamentalmente por mantos de lavra basáltica, que cobrem cerca 80% da superfície total, oriundas dos três principais aparelhos vulcânicos da parte central da ilha e por vários outros de menor importância, espalhados pela ilha. Alternando com o basalto encontram-se brechas de lapili e tufos²⁷.

A sua forma morfológica deve-se principalmente à sua natureza vulcânica e às formações litológicas dominantes. Porém, é de se considerar também os processos erosivos causados pelo próprio clima²⁸.

O clima, do tipo subtropical seco, caracteriza-se por uma curta estação de chuvas (Julho a Outubro), com precipitações, por vezes torrenciais e mal distribuídas

²⁵FERRO, Carlos R. N, *Estudos sobre a ilha de Santo Antão, Província de Cabo Verde, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, pág. 21,22.*

²⁶Idem, *Ibidem*, pág. 13.

²⁷. AMARAL, Ilido – “Cabo Verde – Introdução Geográfica” in *História geral de Cabo Verde, Lisboa (S/ed.), 1991, vol. I, pág. 60.*

²⁸ROCHA, Agostinho – *Subsídios para a história da ilha de Santo Antão, (1462-1983), Praia, ed. Autor com o patrocínio do Ministério da Educação, pág. 23.*

no espaço e no tempo, o que constitui o principal factor de aceleração da erosão dos solos. As precipitações são geralmente fracas sobre todo o território. A precipitação média anual não ultrapassa os 300m para as zonas situadas a menos de 400m de altitude, com tendência para baixar desde a década de sessenta do século passado, com reflexos negativos não só nas condições de exploração agrícola, mas também no abastecimento de água (INMG2003) sendo as zonas sob a influência negativas dos alísios ainda mais secas (1500m m). Nas zonas situadas a mais de 500m de altitude e expostas ao alísio, as precipitações podem ultrapassar 700m m²⁹.

Cerca de 20% da água de precipitação perde-se por escoamento superficial, 13% dirige-se à recarga de aquífero e 67% desaparece por evaporação (INMG 2003).

À semelhança dos outros países sahelianos, mas de forma mais intensa, Santo Antão tem sofrido os efeitos catastróficos da seca. Esta particularidade climática, caracterizada pela extrema insuficiência e irregularidade das chuvas, conjugada com a fraqueza estrutural do sector agrícola³⁰.

3.2. A Flora

A flora Cabo-Verdiana, é muito pobre, devido à sua situação geográfica, localizada na zona Sub-Saheliana, que condiciona o clima e dificulta a precipitação.

Cabo Verde, mesmo assim possui ilhas onde se conseguem encontrar valores florísticos de grande importância, a nível local, nacional e até mundial.

²⁹AMARAL, Ilido – “Cabo Verde – Introdução Geográfica” in *História geral de Cabo Verde, Lisboa (S/ed.), 1991, vol. I, pág. 64.*

³⁰Revista de informação regional Montanha, n° 1, Julho, 1991, pág. 3.

Devido à morfologia, riqueza hídrica, relevo e exposição, a ilha de Santo Antão acolhe as principais formações de vegetação endémica e indígena de Cabo Verde, e é nesta vertente que encontramos, as melhores paisagens do país³¹.

Neste capítulo fiz um levantamento de algumas das plantas endémicas mais conhecidas da ilha que, por não ser a minha área de estudo nem o tema central desta dissertação, optei por não aprofundar. Assim, vou apresentar apenas um quadro com algumas plantas endémicas e indígenas da ilha.

Para este quadro criei quatro tabelas, tendo optado pelos seguintes campos: nome científico, nome local, forrageiras e medicinais, pois em Santo Antão as plantas têm duas funções específicas - as que servem para alimentar os animais domésticos e as que servem para fazer chás medicinais.

Além desse quadro fiz uma pequena descrição, detalhada sempre que possível, de algumas dessas plantas.

Lista de algumas espécies de plantas inventariadas na ilha de Santo Antão³².

Nome Científico	Nome por que é conhecido localmente	Forrageiras	Medicinais
Tamarix senegalensis DC.	Tarrafe		
Tricholaeriffae (L.fil.) Link	Palha-vassoura	*	
Argemone mexicana	Cardo- santo		*

³¹ Gomes, Isildo, *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas – Santo Antão, Praia, Abril, 2001, pag 4.*

³² Isildo, Gomes, *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas – Santo Antão, Praia, Abril, 2001, pag 45.*

<i>Chenopodium murale</i> L.	Fedegosa		*
<i>Mentzelia aspera</i> L.	Dápegá		
<i>Nicotina glaura</i> Grah.	Charuteira		*
<i>Samolus valerandi</i> L.	Alface-dos-rios		
<i>Trichodesma africanum</i> (L) Lehm.	Taliano		
<i>Acacia</i> sp.	Acácia	*	
<i>Achyranthes áspera</i>	Malpica		
<i>Adiantum incisum</i> Forssk.	Feto		
<i>Aenium gorgoneum</i> Schmidt	Saião		*
<i>Ageratum conyzoides</i> L.	Budim	*	*
<i>Amaranthus dubius</i> Mart. Ex Thell.	Bredo		
<i>Aristida adscensionis</i> L.	Rabo-de-gato	*	
<i>Artemisia gorgonum</i> Webb	Losna	*	*
<i>Avena</i> cf. <i>Fatua</i>	Aveia-brabo		
<i>Bidens pilosa</i> L.	Gua	*	*
<i>Brassica nigra</i> (L) Koch	Mostarda		*
<i>Cajanus cajan</i> (L)	Feijão-congo	*	*
<i>Campanula jacobaea</i> Chr. Sm. Ex Webb.	Contra – bruxa- azul		*
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Palha –teixeira		*
<i>Centaurea meliternsis</i> L.	Unha-de-gato		
<i>Opuntia ficus-indica</i> (L) Mill	Cacto		
<i>Papaver gorgoneum</i> ssp. Theresias	Papoila	*	

<i>Paronychia illecebroides</i> Webb	Palha-forminga		*
<i>Polycarpaea gayi</i> webb	Palha-bidão		
<i>Sarcostemma daltonii</i> Webb	Alvatão		*
<i>Satureja forbesii</i> (Benth) Briq	Cidreirinha		*
<i>Sataria babbata</i> (Lam.) Kunth	Pega-saia	*	
<i>Sonchus daltonii</i> webb	Coroa-de-rei	*	*
<i>Sonchus oleraceus</i> L.	Serralha	*	
<i>Tagetes patula</i> L.	Cravo-burro		*
<i>Tolpis farinulosa</i> (Webb) Schmidt	Mato-branco		
<i>Tornabebeea bischoffii</i> Schmidt	Aipo	*	*
<i>Dracaena draco</i> (L)	Dragoeiro		*
<i>Echium stenosphon</i> ssp. <i>Lindbergii</i>	Lingua-de-vaca	*	*
<i>Euphorbia tuckeyana</i> Steud. Ex Webb	Tortolho		
<i>Forsskaoleo procrififolia</i> Webb	Rafa-saia		*
<i>Furcraea foetida</i> (L) Haw.	Carrapato		
<i>Globularia amygdalifolia</i> webb	Mato-boton		*
<i>Heteropogon contortus</i>	Rabo-de-asno	*	
<i>Hypodematum crenatum</i> Kunth	Palha-dos-pastores		*
<i>Kickxiadichondrifolia</i> (Brenth.)Rustan et Brochm	Agrião-de- rocha		*
<i>Lantana camara</i> L.	Lantuna		*
<i>Lavandula rotundifolia</i> brenth	Lisbon	*	*
<i>Lobularia canariensis</i> ssp. <i>fruticosa</i>	Sempre- novinha		

Lotus sp.	Cabritagem	*	
Melinis minutiflora PB	Palha-mafo		
Nauplius daltonii ssp. Vogelii (Webb) wikl	Marcelinha		
Lantana câmara	Trepadera		*
Ajuga iva	Piorrinho		*
Stipagrostis uniplumis (L.fil) Link	Barba-de-bode		
Wahlenbergia lobeliodes (L:fil.)A. DC.	Manda-de-cabeça		
Polycarpha gayi	Palha-bidião	*	
Helianthemum gorgoneum	Piorno-de-flor- amarela	*	
Umbilicus schmidtii	Balsâmo		
Lotus purpureus	Piorno	*	
Erysimum caboverdeanum	Cravo-brabo	*	
Sideroxylon marginata	Maemulano		
Ficus sycomorus subsp.	Figueira-brabo	*	
Limonium braunii	Carqueja		*
Verbascum capitis-viridis	Sabão-de-feiticeira		*
Forsskaolea procrdifolia	Ortiga	*	*
Tornabenea bischoffii	Funcho	*	
Sarcostemma daltonii	Gestiba		*
Asparagus squarrosus	Espargos	*	
Periploca laevigata subs.p chevalieri	Lantisco	*	

Launaea picridioides	Tortolhina		
Carex antoniensis	Carex	*	
Conyza pannosa	Taba	*	
Sida coutinhoi	Lolo fino	*	
Líquén roccella tinctoria	Urzela		
Indigofera tinctoria L.	Anil		
Lavandula dentata	Rosmaninho		*

Quadro nº 2. Lista das principais plantas existentes na ilha.

Losna

*Arbusto aromático, com flores minúsculas amarelas, registada nas zonas montanhosas, eventualmente distribuídas entre as zonas semi-áridas, sub-húmidas e húmidas, normalmente entre os 800m e 2000m. É utilizada na medicina tradicional no combate à febre, gripe, tratamento pós parto das mulheres e, purificação do ar.*³³

Contra Bruxa

*Erva vivaz, muito ramificada, lenhosa na base. Apresenta flores em forma de sino, azul a violeta-escuro, raramente brancas. Habita as escarpas íngremes sub-húmidas a húmidas e os muros. É utilizada na medicina tradicional para algumas doenças e questões relacionadas com o “mau-olhado”.*³⁴

Alecrim Bravo

³³ Isildo, Gomes, Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas – Santo Antão, Praia, Abril, 2001,

³⁴ Idem, Ibidem

*Pequeno arbusto rasteiro com folhas lineares e muito estreitas, moles e ligeiramente suculentas, apresentando flores pequenas. É utilizado na medicina tradicional para tratamento de febre e dores musculares.*³⁵

Losna Bravo

*Arbusto com ramificações verticais, com uma altura entre 0,3 a 0,6m, flores minúsculas, amareladas e agrupadas em grande número. Encontram-se nas zonas semi-áridas, sendo também comum nas áreas mais húmidas.*³⁶

Língua-de-vaca

*Arbusto muito ramificado, até 2,5m de altura, ramos jovens cobertos de pêlos compridos e rígido, folhas em forma de lança alargada até 0,20m de comprimento. Apresenta inflorescência densa com pequenas flores esbranquiçadas, arroxeadas ou azuladas. É utilizado como lenha, também no tratamento de doenças como febre, dor de estômago e hemorroidal.*³⁷

Tortolho

*Arbusto muito ramificado, até 3m de altura, com ramos espessos, com seiva leitosa (látex) lenhosa na base e caule carnudos, folhas longas a oblongo-lanceoladas, flores amarelas, campanuladas. Uma das espécies principais da vegetação arbustiva.*³⁸

Aipo-rocha

³⁵ Isildo, Gomes, *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas – Santo Antão, Praia, Abril, 2001,*

³⁶ *Idem, Ibidem*

³⁷ *Idem, Ibidem*

³⁸ *Idem, Ibidem*

*Arbusto de até 0,7m de altura, folhas ovais ou triangulares, pétalas azuis-violetas. Cresce nas escarpas, fendas rochosas entre os 400 e 1500m de altitude. É utilizado na medicina tradicional no tratamento de febre, dores musculares, dor de cabeça.*³⁹

Sempre-noivinha

*Pequeno arbusto até 0.4m de altura, quase erecto, folhas lanceoladas e pétalas brancas. Ocorre nas zonas húmidas e sub-húmidas.*⁴⁰

Erva-cidreira

*Erva vivaz muito aromática. É uma espécie endémica muito utilizada na medicina tradicional, como no tratamento de tosse, dor de cabeça, dor de estômago, asma e para manter uma boa disposição*⁴¹.

Marmulano

*Árvore que pode atingir até 12m de altura. Os seus ramos são utilizados para a lenha e as folhas na medicina tradicional para o tratamento de dores musculares, dor do útero e fracturas ósseas.*⁴²

Sabão de feiticeira

Erva que pode chegar a 1.2m de altura, ramificada geralmente na zona de inflorescência, flores amarelas em rosetas e folhas muito macias. É utilizada na

³⁹ Isildo, Gomes, *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas – Santo Antão, Praia, Abril, 2001,*

⁴⁰ *Idem, Ibidem*

⁴¹ *Idem, Ibidem*

⁴² *Idem, Ibidem*

*medicina tradicional para o tratamento de “doenças” relacionadas com “mau-olhado” e para o tratamento de “falta de apetite em alguns animais”.*⁴³

Figueira-brabo

*Uma das espécies nativas de Cabo Verde, pode atingir 20m de altura. É bastante ramificada, folhas longas ovais entre 0,13 a 0,15m, os frutos crescem ao longo dos ramos e os mesmos são comestíveis.*⁴⁴

3.3. Fauna

A avifauna de Santo Antão é a mais diversificada de Cabo Verde, nove das espécies lá existentes são endémicas, entre terrestres e marinhos, que se reproduzem na ilha. É também a ilha com maior número de aves de rapina (5), dos quais três são também endémicos. (Hille, 2001).

*Das aves de rapina, convém referir-se o Gincho (*Pandion haliaetus*) ameaçado de extinção e o Biano (*Milvus milvus fasciicauda*), endémico em perigo de extinção eminente⁴⁵.*

Na biodiversidade marinha⁴⁶, as águas da ilha de Santo Antão apresentam uma grande diversidade biológica, com espécies típicas das zonas equatoriais, tropicais e subtropicais, caracterizada pela existência de invertebrados marinhos (Chocos, lulas,

⁴³ Isildo, Gomes, *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas – Santo Antão, Praia, Abril, 2001,*

⁴⁴ *Idem, Ibidem*

⁴⁵ *Gomes, Isildo, Cabo Verde, "lista vermelha" In: A semana. - Ano VII, nº 300 (1997), pag 9.*

⁴⁶ *Gomes, Isildo, Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas-Santo Antão, Praia, Abril, 2001, pag 19, 20.*

polvos, e búzio, principalmente o búzio cabra e, *Strombus lactus*), Crustáceos, nomeadamente a lagosta (verde, castanha, de pedra e a lagosta de profundidade, lagosta rosa, que é endémica), répteis (tartarugas marinhas, lagartixa), peixes, cuja lista é numerosa e diversificada, sendo os grandes pelágicos (atum, serra), os pequenos pelágicos (cavala e olho largo, arenque, dobrada, pelombeta, etc.), os demersais (garoupa, goraz, badejo, moreia, salmonete, bodião, linguado e muitos outros), tubarões (gata, tigre, azul e cação).⁴⁷

Na verdade todos esses recursos deveriam ser estudados de forma a avaliar-se as possibilidades da ilha de Santo Antão, poder vir a ser considerada como uma reserva da biosfera, tais são as características ímpares desta ilha que pode dar uma contribuição mundial, nomeadamente, em matéria de preservação das espécies endémicas de que é a maior representante de Cabo Verde. Os quadros seguintes apresentam o panorama da situação da biodiversidade animal em Santo Antão.

Situação da Biodiversidade Animal em Santo Antão⁴⁸

Categoria	Nº total taxa indígena	Taxa extintos ou ameaçados		Nº total taxa endémica	Taxas endémicas	
		Nº	%		Nº	%
Gastropoda extra marinha de água doce	6	3	50,0	2	3	75,0

⁴⁷ Gomes, Isildo, *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas-Santo Antão, Praia, Abril, 2001, pag 19-20.*

⁴⁸ *Idem, Ibidem, pág. 19, 20, 21.*

<i>Gastropoda terrestre de água doce</i>	37	21	56,8	15	10	66,7
<i>Crustáceos de água doce (camarões)</i>	4	4	100	-	-	-
<i>Aves</i>	20	6	30	9	4	44,4
<i>Aracnídeos</i>	56	30	53,6	25	17	68,0
<i>Répteis terrestres</i>	5	1	20,0	4	1	25,0
<i>Insectos (cleopteros)</i>	182	91	50,0	52	40	76,9

Quadro nº 3. A biodiversidade da ilha.

3.4. A Paisagem

A ilha de Santo Antão é caracterizada pela sua beleza com contrastes e microclimas diversos, vegetação assinalável e montanhas imponentes.

A riqueza paisagística da ilha deriva de uma grande diversidade que resulta de uma orografia simplesmente singular, pela sua espectacularidade, na formação das montanhas e dos vales. Uma vegetação exuberante constituída por todos os estratos, arbóreo, arbustivo e herbáceo, por plantas exóticas, vegetação natural e plantas endémicas, de rara beleza e valor patrimonial, águas superficiais correndo por entre os vales e um sem número de encantos, fazendo da ilha, um dos recantos mais belos do país, propício ao turismo de natureza.⁴⁹

A paisagem íngreme, contrasta com áreas verdes com regiões absolutamente secas, é um forte atractivo para um turista com gosto por longas caminhadas e um ecoturismo de aventura.

A paisagem da vertente ocidental é desértica, de vegetação herbácea. Os planaltos, na parte central da cordilheira, apresentam um clima fresco e húmido, sendo cobertos de árvores, como o eucalipto, o cipreste, o pinheiro e a acácia, impensáveis no resto do arquipélago.⁵⁰

⁴⁹ Gomes, Isildo, *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas-Santo Antão, Praia, Abril, 2001*, pag 19, 20.

⁵⁰ *Idem, Ibidem*

4. Património Construído

4.1. Introdução

Ao contrário do que se passa em Portugal, em Cabo Verde, não existem Leis de Protecção do Património, seja ele o património edificado ou arqueológico, bem como não existe qualquer espécie de protecção à fauna e flora das ilhas que constituem o arquipélago cabo-verdiano.

Logo, não existindo qualquer tipo de protecção, é-me impossível pronunciar acerca da forma como o património de Cabo Verde é tratado, porque não existe nenhum tipo de Lei que proteja tudo o que possa ser considerado como tal.

Em relação às Casas Rurais, vulgarmente designadas como “Casas de Palha” ou “Palhotas”,⁵¹ existem desde o início do povoamento da ilha, sendo que serviam de habitação à população mais desfavorecida, tendo a mais-valia de que muitas delas ainda existam nos dias de hoje e que continuem a servir de casas de habitação.

Na minha opinião, e não havendo nenhuma Lei que proteja este tipo de habitação que tem uma componente histórica e cultural, uma vez que só existem na ilha de Santa Antão, deveria ser criada uma Lei específica que protegesse estas habitações da sua destruição eminente, que tanto é feita de forma involuntária como voluntária.

A forma involuntária de destruição destas habitações é, como se pode perceber facilmente, a sua exposição aos elementos naturais, sendo a forma voluntária a destruição levada a cabo pelos próprios habitantes da ilha.

⁵¹ Pereira Daniel. *Estudos da História do Cabo Verde*, Editora Alfa Comunicação Lda., Praia, Junho 2005, 2ª edição, pág. 391

Santo Antão é uma pequena ilha com bastante interesse a nível patrimonial. Falando apenas no seu património arquitectónico deve referir-se que este ainda não se encontra suficientemente explorado e divulgado. De modo a tentar colmatar esta lacuna, propus-me fazer um inventário do património arquitectónico desta ilha que, atendendo ao tempo disponível para a elaboração da dissertação, não abrange a totalidade do património existente, mas inclui o mais importante.

4.2. Lista dos monumentos Inventariados

4.2.1. Metodologia

O trabalho consiste num inventário arquitectónico de alguns edifícios dos Centros Históricos, de algumas zonas rurais, algumas redes de levadas e aquedutos, construídos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Neste inventário cada caso será tratado de forma isolada, com a seguinte metodologia: identificação, estudo e inventariação. Parto para este trabalho com alguns conhecimentos do património edificado, mas que são mínimos apenas. Uma das minhas primeiras preocupações foi, adquirir algum conhecimento referente ao património edificado para ter algum suporte de trabalho. Só então parto para o meu principal objecto de estudo.

Como santantonense, conheço alguns exemplos locais do património edificado, mas penso que haverá muitos mais para descobrir. De facto não existe até à data qualquer trabalho que reúna toda a informação sobre o património arquitectónico da ilha e a apresentar um conjunto patrimonial com bastante interesse. Este será o principal objectivo deste inventário para que as pessoas possam ter uma visão, ainda

que não muito exaustiva, de todo o património edificado em Santo Antão e, assim o possam valorizar ainda mais.

Para esse efeito elaborei uma ficha descritiva com 11 campos.

Número de Inventário – número atribuído a cada uma das Fichas.

Designação – nome pelo qual o edifício/monumento se encontra registado ou é conhecido a nível local.

Localização – descrição geográfica da sua implantação.

Enquadramento – descrição física do seu local de implantação.

Época de construção – data da sua edificação.

Tipologia - tipo de arquitectura.

Descrição – descrição da edificação em termos de planta.

Utilização Inicial – função para que foi construída.

Utilização actual – utilização actual do imóvel.

Propriedade – propriedade pública ou privada.

Estado de conservação – para o estado de conservação foram considerados três parâmetros: bom, razoável ou mau, definidos em função do estado de conservação (visual) da edificação.

4.2.2. Sítios Inventariados

Número de Inventário: 1

Designação: Câmara Municipal da Ribeira Grande

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol, Concelho da Ribeira Grande.

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: O edifício de planta rectangular é constituído por dois pisos, com paredes grossas e bastante resistentes. É edificado a partir de pedra basáltica, madeira e areias associados à cal e cimento, o telhado é de quatro águas. No rés-do-chão encontra-se uma grande escadaria em Mogno que dá acesso ao segundo piso. A fachada principal é toda decorada e possui duas varandas. É um dos edifícios mais bonitos da ilha. A partir da data da inauguração o edifício passou a ser a sede do Município da Ribeira Grande. Terá sido construído anteriormente por Judeus⁵².

Utilização inicial: Câmara Municipal da Ribeira Grande

Utilização actual: Câmara Municipal da Ribeira Grande

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom



⁵²Silva, Neusa do Carmo da Cruz Sancha, *Inventário Preliminar dos Recursos Turistas de Santo Antão, Paul, Março de 2010*, pág. 15.

Número de Inventário: 2

Designação: Edifício do Cartório - Notário

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol,
Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha urbana, centro histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura Colonial

Descrição: Trata-se de um belo edifício do século XIX com uma arquitectura colonial, constituído por dois pisos e duas varandas exteriores. A cobertura é de telha de argila cozida (francesa), tectos forrados de madeira. Apresenta uma altura superior à dos edifícios modernos e a existência de um grande número de aberturas (portas e janelas) tem por objectivo facilitar a circulação de ar no seu interior. Esta característica, entre outros aspectos, diferencia-a no centro histórico.

Utilização Inicial: Desconhecida

Utilização actual: Cartório - Notário

Propriedade: Público

Estado de conservação: Mau



Número de Inventário: 3

Designação: Centro Saúde da Ponta do Sol

***Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol,
Concelho da Ribeira Grande***

Enquadramento: Malha urbana, centro histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: É um belo edifício de um piso, com telhado de quatro águas e com duas escadarias laterais. A existência de varandas no exterior e interior (do lado do quintal) com alpendres, tem por finalidade proteger as portas e as janelas da radiação solar directa.

Utilização Inicial: Centro Saúde

Utilização actual: Centro Saúde

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 4

Designação: Cadeia Regional

***Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol,
Concelho da Ribeira Grande***

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício com apenas um piso, com a porta principal em forma de arco. Há uma descontinuidade entre o solo e o primeiro piso, pelo que a entrada principal apresenta alguns degraus que dão acesso ao interior do edifício. Este alçamento tem por objectivo permitir a ventilação sob os soalhos.

Utilização Inicial: Quartel Militar (segundo o Sr. João Rodrigues)

Utilização actual: Cadeia

Propriedade: Público

Estado de conservação: Mau



Número de Inventário: 5

Designação: Igreja Nossa Senhora do Livramento

***Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol,
Concelho da Ribeira Grande***

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura religiosa

Descrição: Construída em 1895, na então Vila Maria Pia, hoje Vila da Ponta do Sol, inicialmente era a Igreja de Nossa Senhora do Sacramento, actualmente de N^a S^a do Livramento. É uma Igreja de planta rectangular simples, de um só nave, com uma pequena torre onde se encontra um sino da mesma época da edificação do edifício. A torre do sino localiza-se nas traseiras do edifício.

Utilização Inicial: Culto religioso

Utilização actual: Culto religioso

Propriedade: Público

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 6

Designação: Escola Primaria da Ponta do Sol

***Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol,
Concelho da Ribeira Grande***

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício de um piso, simples, com duas salas de aulas, foi recuperado há uns anos. No pátio anteriormente existente ergue-se agora um outro edifício escolar de dois pisos.

Utilização Inicial: Escola

Utilização actual: Escola

Propriedade: Público

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 7

Designação: Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Localização: Freguesia da Nossa Senhora do Rosário, Vila da Ribeira Grande,
Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha urbana do Centro Histórico da vila da Ribeira Grande

Época de construção: Século XVII

Tipologia: Arquitectura religiosa

Descrição: É a primeira igreja a ser fundada em Santo Antão, traçada à semelhança do desenho da Sé Catedral de Santiago⁵³. Igreja de grande envergadura, terá sido a sede da Diocese de Cabo Verde a partir de meados do Século XVII até meados do Século XVIII, aquando da transferência da Diocese para a ilha de São Nicolau⁵⁴. De planta rectangular, a nave conduz a um altar em mármore, logo a seguir ao altar encontra-se um pequeno nicho dedicado à Santíssima Trindade, que está pintado com elementos religiosos. Ao lado da nave encontram-se quatro capelas dedicadas a Nossa Senhora de Fátima, ao Menino Jesus, a Nossa Senhora do Rosário e a S. José.

Utilização Inicial: Culto

Utilização actual: Culto

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom



⁵³Pereira Daniel. *Estudos da História do Cabo Verde*, Editora Alfa Comunicação Lda., Praia, Junho 2005, 2ª edição, pág. 391.

⁵⁴Idem, *Ibidem*, pág. 392.

Número de Inventário: 8

Designação: Igreja de Santo Crucifixo

Localização: Freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha rural do Concelho

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício de planta rectangular em formato da cruz latina, com uma única nave que conduz ao altar. O altar, de mármore, situa-se no centro e representa Cristo. No interior da nave encontram-se duas capelas. Uma dedicada à Virgem Maria e a outra a São José. Á entrada da porta encontra-se dois baptistérios de mármore, e duas pias de água benta.

Utilização Inicial: Culto

Utilização actual: Culto

Propriedade: Público

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 9

Designação: Igreja de São Pedro Apóstolo

Localização: Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha rural

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

Descrição: Edifício de planta rectangular em formato da cruz latina, com uma nave e um altar em mármore no centro com representações da Vida de Cristo.

Utilização Inicial: Culto

Utilização actual: Culto

Propriedade: Público

Estado de conservação: Bom

Número de Inventário: 10

Designação: Escola Central

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha do Centro urbana da Vila de Ribeira Grande

Época de construção: Século XVIII?

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício de dois pisos, de planta rectangular, com duas portas, sendo que uma tem uma pequena varanda. Possui doze janelas na fachada principal e o telhado é de quatro águas. Com um grande muro de protecção à volta e um portal em forma de arco.

Utilização Inicial: Câmara Municipal da Ribeira Grande, segundo informação oral (Sr. João Rousseau).

Utilização actual: Escola Primária

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 11

Designação: Capela de Nossa Senhora da Penha

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha do Centro urbana da Vila de Ribeira Grande

Época de construção: Século XVIII

Tipologia: Arquitectura religiosa

Descrição: Pequena capela do século XVIII⁵⁵, pequeno edifício de planta rectangular, com telhado de duas águas. Na cabeceira atrás do pequeno altar encontra-se um pequeno nicho, com a imagem de Nossa Senhora da Penha, do século XVIII.

Utilização Inicial: Culto

Utilização actual: Culto

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom



⁵⁵História Concisa de Cabo Verde, coordenação Maria Emília Madeira Santos, Editor Instituto de Investigação Científica Tropical, 1 edição, Novembro 2007, pp. 392.

Número de Inventário nº 12

Designação: Casa do Notável Físico Roberto Duarte Silva

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha do Centro urbano da Vila de Ribeira Grande

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Casa de um piso, de planta rectangular, com três portas e telhado de quatro águas. É de salientar a ausência de janelas no edifício devido ao facto de o lote ser estreito e comprido.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Mau



Número de Inventário: 13

Designação: Casa Marçal

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha do Centro urbano da Vila de Ribeira Grande

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Edifício de dois pisos com sobrado, sendo a parte inferior utilizada para o comércio. O telhado é de quatro águas, com três faces, uma voltada para o centro na Vila, e as outras duas voltadas uma para a rua da Escola Central e a outra para o Beco da pensão 5 de Julho. A cobertura é de telha de argila cozida com tectos forrados de madeira e tem uma altura superior à dos edifícios modernos. Possui um grande número de aberturas (portas e janelas) para facilitar a circulação do ar no interior. O piso é de soalho de madeira - a utilização da madeira, segundo o Sr. João Rodrigues era essencial nestas construções, pois tinha um bom efeito térmico.

Utilização Inicial: Habitação/ comercial

Utilização actual: Habitação/ comercial

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 14

Designação: Convento feminino da Povoação

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha do Centro urbano da Vila de Ribeira Grande

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício de dois pisos com sobrado, sendo que o rés-do-chão é utilizado para o comércio, o telhado é de quatro águas com as janelas de sacadas. No segundo piso há duas portas germinadas que dão acesso a uma pequena varanda.

Utilização Inicial: Desconhecido

Utilização actual: Convento

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 15

Designação: Câmara Municipal do Paul

Localização: Freguesia de Santo Antónia das Pombas, Vila das Pombas,
Concelho do Paul

Enquadramento: Malha urbana do centro Histórico da Vila das Pombas

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício de dois pisos e planta quadrada, o telhado é de quatro águas. No primeiro andar encontra-se um pequena varanda, as portas são em forma de arco e as janelas são de sacada.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Câmara Municipal

Propriedade: Público

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 16

Designação: Igreja de Santo António das Pombas

Localização: Freguesia de Santo António das Pombas, Vila das Pombas,
Concelho do Paul

Enquadramento: Malha urbana do Centro Histórico da Vila das Pombas

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura religiosa

Descrição: Edifício de plantar rectangular, com a nave de um só tramo, de cobertura simples, com duas capelas dedicadas à Virgem Maria e ao menino Jesus. A torre do sino é quadrada, com dois sinos. A interior da Igreja é muito simples.

Utilização Inicial: Culto

Utilização actual: Culto

Propriedade: Público

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 17

Designação: Delegacia de Saúde da Vila das Pombas

***Localização: Freguesia de Santo Antónia das Pombas, Vila das Pombas,
Concelho do Paul***

Enquadramento: Malha urbana do Centro Histórico da Vila das Pombas

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

***Descrição: Edifício de um piso com telhado de quatro águas. Com decoração no
parapeito do telhado.***

Utilização Inicial: Centro Saúde

Utilização actual: Centro de Saúde

Propriedade: Público

Estado de conservação: Mau

Número de Inventário: 18

Designação: Farol Fontes Pereira de Melo

Localização: Freguesia de Santo António das Pombas, Vila das Pombas, Concelho do Paul

Enquadramento: Malha rural do concelho do Paul

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Inaugurado a 15 de Maio de 1886 para guiar a entrada no canal de São Vicente, pelo Norte. A torre do farol é de secção octogonal construída em alvenaria, tem cerca de 10.7 metros de altura. Suporta uma lanterna com aproximadamente 4,5 metros, assente numa base metálica e 3 metros de diâmetro, e está localizada a 17°6'50" Ocidente. Graças á qualidade do equipamento, designadamente a potência das lentes da lanterna, estão classificadas como farol de segunda ordem, de luz fixa, variada por clarões de 1º a 1º, iluminando 300 graus do horizonte sendo o alcance correspondente a esses de 27 milhas⁵⁶.

Utilização Inicial: Farol

Utilização actual: Farol

Propriedade: Público

Estado de conservação: Mau



⁵⁶Ferreira, José Manuel Silva Pires, GERAÇÃO DOURADA, Ensaio de História do Paul de Santo Antão, Edições Calabedotche, 1ª Edição, Mindelo, 1999,pag 107.

Número de Inventário: 19

Designação: Casa com cobertura de Palha de Cana Sacarina/ Casas Rurais

Localização: Por toda a ilha

Enquadramento: Zona rural

Época de construção: Séculos XVIII - XX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Construídas com pedras e barro e com cobertura em palha. Anteriormente quase todas possuíam o chão (interior das casas) de terra batida. São normalmente constituídas por dois quartos, duas portas e duas janelas à frente e outras atrás para o quintal, a cozinholha (local onde se cozinham as refeições) e a famosa tarimba, tecto de esteira de cama de caniço, que formava um tecto falso e que servia de arrecadação. Algumas dessas casas são construídas em lugar isolados e de difícil acesso. Elas constituem uma enorme potencialidade para o turismo de habitação.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Bom/razoável/mau

Outras observações: Antigamente este tipo de casas era abundante por toda a ilha. Actualmente correm o risco de desaparecer pois requer uma nova cobertura todos os anos. Assim, devido aos custos com a matéria-prima os proprietários estão a optar por trocar a palha por betão e por uma nova arquitectura.



Número de Inventário: 20

Designação: Aqueduto do Canal

Localização: Freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha rural do concelho da Ribeira Grande

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: O Aqueduto do Canal, tal como o aqueduto da rega, segue o mesmo tipo de arquitectura, a partir do arco semi-circular. O que diferencia estes aquedutos é a zona onde estão inseridos, um situa-se numa zona baixa de um vale e, o outro, já se localiza numa zona mais alta.

Neste aqueduto foram construídos onze arcos, em pedraria aparelhada, estabilizados com uma argamassa, aonde passa a levada.

Utilização Inicial: Rega

Utilização actual: Rega

Propriedade: Público

Estado de conservação: Mau



Número de Inventário: 21

Designação: Aqueduto da Rega das Pombas

Localização: Freguesia de Santo Antónia das Pombas, Vila das Pombas, Concelho do Paul.

Enquadramento: Malha rural do Concelho do Paul

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Aqueduto de pequenas dimensões relativamente comum na ilha pois servia para complementar a levada atravessando ribeiras secas e pequenos vales. Construído a partir de um arco semi - circular, encaixado em dois pilares erguidos nos dois lados da ribeira, para estabilizar o arco, foram construídos mais nove arcos de volta inteira, em pedraria aparelhada, consolidados com uma argamassa por onde passa a levada.

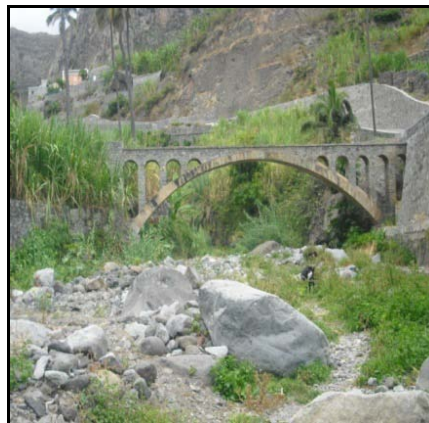
Utilização Inicial: Rega

Utilização actual: Rega

Propriedade: Público

Estado de conservação: Bom

Observação: A construção da estrada Eito/ Vila das Pamboas acabou por absorver e destruir uma parte significativa do aqueduto.



Número de Inventário: 22

Designação: *Gafaria de Sinagoga*

Localização: *Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande.*

Enquadramento: *Malha rural do concelho da Ribeira Grande.*

Época de construção: *Século XIX*

Tipologia: *Arquitectura colonial*

Descrição: *Edifício de um piso que funcionava como um hospital para leprosos.*

Localiza-se numa falésia na localidade de Sinagoga⁵⁷, longe das povoações. O edifício foi construído para albergar o hospital o que é bem visível ainda na sua arquitectura apesar do estado de ruína em que se encontra. A planta é rectangular e desenvolve-se a partir de um grande salão central, esse por sua vez, dividia-se em pequenas selas, com a cama, a cozinha e a casa de banho. Os doentes encontravam-se assim separados uns dos outros.

Utilização Inicial: *Hospital para Leprosos*

Utilização actual: *Abandonado*

Propriedade: *Público*

Estado de conservação: *Mau (em ruínas)*

⁵⁷Toponima devido à presença dos judeus nessa localidade, e da existência de uma pequena Sinagoga, destruída com a passagem da estrada Paul/Ribeira Grande, segundo Sr. João Rosteaux

Número de Inventário: 23

Designação: Antiga Alfândega da Ponta do Sol

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol,

Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício de um piso com telhado de quatro águas e com a porta de entrada em arco de volta perfeita.

Utilização Inicial: Alfandega

Utilização actual: Loja

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Mau

Número de Inventário: 24

Designação: Casa 1

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Vila da Ribeira Grande

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Um dos mais belos edifícios da ilha de Santo Antão, composto de dois pisos, sendo que o rés-do-chão era dedicado ao comércio e o primeiro andar servia de moradia. Na traseira da casa encontrava-se um grande jardim com uma fonte no centro e uma horta.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Mau (ruínas)



Número de Inventário: 25

Designação: Casa 2

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Edifício de dois pisos com sobrado, sendo a parte inferior utilizada para o comércio. O telhado é de quatro águas tectos forrados a madeira e a existência de um grande número de aberturas (portas e janelas) são entre outros aspectos, os que facilitam maior circulação do ar no interior, e a existência de varandas exterior e interior (do lado do quintal) com alpendres. Trata-se de uma habitação com altura superior aos edifícios modernos.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Razoável



Número de Inventário: 26

Designação: Casa 3

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Edifício de dois pisos com sobrado, sendo a parte inferior utilizada para o comércio. O telhado é de quatro águas com tectos forrados a madeira e há uma maior altura do que nos edifícios modernos e a existência de um grande número de aberturas (portas e janelas) são entre outros aspectos, os que facilitam maior circulação do ar no interior.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 27

Designação: Casa 4

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Característica: Edifício de dois pisos, com duas varandas, o telhado é de quatro águas, as janelas são de sacadas e a porta é em forma de arco.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 28

Designação: Casa 5

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Edifício de dois pisos, sendo que a parte inferior era utilizada para o comércio. O telhado é de duas águas, com uma arquitectura urbana clássica. Devido ao mau estado do edifício é possível verificar que foram acrescentadas, posteriormente, as janelas e a porta (esta tem outro formato). O edifício tem varandas exteriores e interior com alpendres que protegem as portas e as janelas de radiação solar directa. O vasto quintal teve uma função importante, pois era aí que decorria a maior parte das actividades comerciais e domésticas.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 29

Designação: Casa 6

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico.

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Característica: Edifício de dois pisos, com o telhado de quatro águas.

Localizada no meio de um antigo jardim, ainda são visíveis ruínas dos muros e de uma horta.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Mau



Número de Inventário: 30

Designação: Casa 7

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ribeira Grande

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Edifício de dois pisos com sobrado, o piso inferior é utilizado para o comércio, o telhado é de quatro águas, as janelas são de sacada. Possui uma varanda exterior e outra interior, com alpendre que dá acesso ao piso residencial.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Bom



Número de Inventário: 31

Designação: Casa 8

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha Urbana, Centro Histórico da Ponta do Sol

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura popular

Descrição: Edifício de dois pisos com sobrado, e uma pequena varanda no primeiro andar de madeira, o telhado é de quatro águas.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Mau (ruína)



Número de Inventário: 32

Designação: Casa 9

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol,
Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha urbana da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Característica: Casa térrea, com telhado de quatro e duas águas.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Mau (ruínas)



Número de Inventário: 33

Designação: Casa 10

Localização: Freguesia Santo António das Pombas, Concelho do Paul

Enquadramento: Malha urbana da Vila das Pombas

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Característica: Edifício de dois pisos com telhado de duas águas. O rés-do-chão é destinado ao comércio de mercearia, e o primeiro andar serve de habitação.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Habitação

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Razoável



Número de Inventário: 34

Designação: Casa 11

Localização: Freguesia do São João Baptista, Concelho do Porto Novo

Enquadramento: Malha rural do Concelho do Porto Novo

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura popular

Característica: Descrição: Este edifício foi construído para reaproveitar uma gruta pré-existente. Tem dois quartos e um quarto mais pequeno no exterior que servia de cozinha, onde ainda são visíveis as marcas do fogo.

Utilização Inicial: Habitação

Utilização actual: Abandonada

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Razoável



Número de Inventário: 35

Designação: Câmara Municipal do Porto Novo

Localização: Freguesia do São João Baptista, Concelho do Porto Novo

Enquadramento: Malha urbana da cidade de Porto Novo

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura colonial

Característica: Edifício de dois pisos com uma grande varanda e telhado de duas águas.

Utilização Inicial: Desconhecido

Utilização actual: Câmara Municipal

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom

Número de Inventário: 36

Designação: Cemitério judaico da Ponta do Sol

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, Vila da Ponta do Sol, Concelho da Ribeira Grande.

Enquadramento: Malha Urbana da Vila da Ponta do Sol

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura funerária

Descrição: Pequeno cemitério judaico, situado na zona mais alta da vila da Ponta do Sol, tal como o da Penha de França. O cemitério contém sete túmulos todos em mármore, com decoração e inscrições funerárias em hebraico e em português. Por ficar numa zona sem habitações encontra-se mais conservada que o outro cemitério. Pela sua dimensão cemitério é provável que houvesse mais túmulos. É ainda de salientar a beleza dos mesmos. Este cemitério esteve activo até ao início da década de quarenta do século XX, já que o último enterramento está datado de 29 Agosto de 1941⁵⁸.

Utilização Inicial: Cemitério

Utilização actual: Cemitério

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom



⁵⁸Serels, M. Mitchell, *JEWS OF CAPE VERDE: A Brief History*, Sepher-Hermon Press, INC, Brooklyn, NY, 1997, pág. 43.

Número de Inventário: 37

Designação: Cemitério Judaico da Penha de França

Localização: Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha urbana da vila da Ribeira Grande

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura funerária

Descrição: Pequeno recinto amuralhado, localizado na zona mais alta da localidade da Penha de França. Este pequeno cemitério é composto por seis túmulos em mármore, com decoração e inscrições em hebraico e português. O último enterramento ocorreu em 1907⁵⁹. Os túmulos encontram-se em bom estado.

Utilização Inicial: Cemitério

Utilização actual: Cemitério

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Razoável



⁵⁹Serels, M. Mitchell, *JEWS OF CAPE VERDE: A Brief History*, Sepher-Hermon Press, INC, Brooklyn, NY, 1997, pág. 43.

Número de Inventário: 38

Designação: Levadas

Localização: Toda a ilha

Enquadramento: Zonas rurais da ilha e nas entradas das Vilas

Época de construção: Séculos XVII a XX

Tipologia: Arquitectura colonial/ de rega

Descrição: Inicialmente eram construídas com barro e pedras. Já no início do século XX as levadas de barro deram lugar às levadas de cimento que encontramos um pouco por toda a ilha. Trata-se de uma extensa rede que levava a água captada nas nascentes e as depositava nos tanques, nas vertentes dos vales da costa Nordeste, regando as culturas em socalcos de cana sacarina.

Utilização Inicial: Canal de rega

Utilização actual: Canal de rega

Propriedade: Pública

Estado de conservação: Bom / razoável / mau



Número de Inventário: 39

Designação: Casa do Sr. Padre

Localização: Freguesia Santo António das Pombas, Concelho do Paul

Enquadramento: Vila das Pombas

Época de construção: Século XIX

Tipologia: Arquitectura colonial

Descrição: Casa de dois pisos com telhado de duas águas. O primeiro piso servia de arrecadação segundo relatos do Sr. João Rosteaux.

Utilização Inicial: Casa Paroquial

Utilização actual: Abandonada

Propriedade: Privada

Estado de conservação: Mau (ruína)



Número de Inventário: 40

Designação: Igreja do Nazareno

Localização: Freguesia de São João baptista

Enquadramento: Cidade do Porto Novo

Época de construção: Século XX

Tipologia: Arquitectura colonial

Utilização Inicial: Igreja Católica

Utilização actual: Igreja do Nazareno

Propriedade: Privada

Observação: A Igreja encontra-se em obras: Foi derrubada quase toda a estrutura restando apenas a fachada principal. No entanto não se justificava a destruição das outras fachadas, pois o edifício estava em bom estado de conservação.



Número de Inventário: 41

Designação: Laje gravada

Localização: Cemitério da Vila das Pombas

Tipologia: Arquitectura tumular

Época : Século XIX

**Descrição: Pequena placa, com inscrição funerária do Século XIX. Dimensões:
largura: 44 cm; altura: 61.5 cm; espessura: 2 cm.**



Número de Inventário: 42

Designação: Calçada da Vila da Ribeira Grande

Localização: Vila da Ribeira Grande

Enquadramento: Malha urbana/ Centro Histórico

Época de construção: Século XVIII/XIX

Tipologia: Calçada

Descrição: Calçada “portuguesa” construída com seixos. Apresenta, nalguns locais, desenhos.

Utilização Inicial: Caminho público.

Utilização actual: Caminho público.

Propriedade: Pública.

Estado de conservação: Bom.



Número de Inventário: 43

Designação: Caminhos Pedestres

Localização: Ilha de Santo Antão.

Enquadramento: Estes caminhos estão espalhados por toda a ilha assegurando a ligação entre o litoral e o interior, antes do aparecimento dos automóveis.

Época de construção: Século XVII-XIX.

Tipologia: Caminho.

Descrição: Estruturas delimitadas por muros e calcetadas. Hoje em dia esses caminhos encontram-se abandonados pela população local. Com o desenvolvimento do turismo esses caminhos estão a ser recuperados para prática do ecoturismo devido à sua grande procura.

Utilização Inicial: Caminho.

Utilização actual: Caminho.

Propriedade: Pública.

Estado de conservação: Bom.



4.3.1. Povoamento e estrutura demográfica

A população de Santo Antão está concentrada em quatro grandes centros urbanos, de diferentes dimensões demográficas.

De acordo com os Censos de 2000, a ilha tinha 47.170 de habitantes. Este número pode já não corresponder à realidade uma vez que, como referi anteriormente (ponto 2.2.4), a ilha tem sofrido várias oscilações populacionais. Por esse motivo este Censo um aumento de 2 % de habitantes para o ano de 2010 (INE/SA).

Existem lugares onde o povoamento é muito concentrado (Censo 2000) e outros com densidade populacional com menos de cinquenta habitantes.

Com uma densidade média (100 habitantes por km²) Santo Antão é a terceira ilha mais povoada de Cabo Verde o que corresponde a 10,88% da população total (Censo 2000, Recenseamento Geral da População, 2000).

A ilha de Santo Antão tinha, em 1960, 33.955 habitantes verificando-se que a partir desta data se entra num crescimento, ainda que lento, uma vez que em 2000 a população era de 47.1240 (Censo 2000). O crescimento deveria ser maior se não fosse o fluxo de emigração para o exterior e para a ilha de São Vicente devido aos longos períodos de seca.

Em termos de estrutura da população activa regista-se que Santo Antão é uma ilha com um sector primário que emprega a maior parte da população activa, mas seguido de perto pelo sector terciário.⁶⁰

⁶⁰Repartição do PIB por sectores de actividade e peso de S. Antão: Ano 2003. Fonte INE, contas nacionais.

Este apenas diz respeito aos serviços de natureza social pelo que podemos supor que a importância do comércio e serviços de carácter económico em Santo Antão são os sectores responsáveis pela criação de riqueza e consequentemente pelo desenvolvimento económico desta ilha.

A dinâmica do povoamento é de base familiar. A casa desenvolve-se com base na estrutura agro-florestal introduzindo alterações e intensificando a relação do povoamento com o parcelamento agrícola, a ponto de se confundirem. Este modelo de crescimento gera manchas do povoamento onde predomina a habitação unifamiliar associada a pequenas hortas que aparece nas áreas mais férteis dos vales.

O povoamento da ilha de Santo Antão é caracterizado pela existência de um pólo urbano e estruturado (Ponta do Sol) e por outros três pólos urbanos também com algum peso e centralidade no território: Ribeira Grande, Paul e Porto Novo.

Os aglomerados de Ponta do Sol, Ribeira Grande e Paul, assentam essencialmente nos sectores produtivos das pescas e principalmente na agricultura sendo das áreas mais ricas de Cabo Verde⁶¹.

A sua importância e centralidade são, por isso, fundamentais e devem ser reforçadas de forma a fixar as populações oferecendo-lhes os serviços e equipamentos necessários. Ainda na vertente Norte da ilha existem uma série de aglomerados ligados à exploração dos vales agrícolas dos quais destacamos Coculi, Chã de Pedras, Ribeirão.

A implantação no espaço fez-se e continua a fazer-se aleatoriamente, com os incómodos e riscos que representam para o homem e para o ambiente, principalmente devido às descargas de efluentes em águas subterrâneas e superficiais, bem com devido

⁶¹Instituto Nacional de Desenvolvimento das pescas, *Estudo do sector da pesca artesanal na ilha de Santo Antão, Diagnostico das comunidades*, Agosto, 1998, INDP, Mindelo - São Vicente, Cabo Verde, Dezembro, 1999, Ref. (DPD/037- A) pág. 18.

ao depósito de resíduos principalmente nas zonas rurais, onde predomina o uso de forças seca, aumentando assim a poluição hídrica e terrestre.

4.3.2. Ocupação do solo

Segundo António Almeida é fundamental perceber a estrutura biótica e abiótica da paisagem e as suas interações, pois são a base para se poder compreender o seu funcionamento e, portanto, o melhor modo como pode ser utilizado o espaço pela sociedade, nas suas múltiplas actividades.⁶² Assim é importante conhecer a ocupação passada e actual do solo para se prever a evolução futura da área em causa, pois um bom ordenamento do território consiste em redireccionar ou substituir as dinâmicas existentes por outras (Tricard e Kiewietdejonge, 1982; Almeida, 1995), numa perspectiva da construção ou manutenção de um certo equilíbrio e estabilidade dos sistemas entretanto afectados.

Relativamente à área total da ilha e face à ocupação do solo, mais uma vez saliento a importância da estrada antiga Porto Novo/ Ribeira Grande, como eixo estruturante do povoamento e da organização do espaço. É ao longo desse eixo e, nomeadamente, em dois pontos diametralmente opostos que encontramos os dois núcleos mais povoados: Porto Novo e Ribeira Grande. O primeiro pelo seu papel enquanto centro de negócio sendo a principal via de entrada da ilha (porto), e o segundo pela sua grande potência agrícola.

A rede viária teve uma função determinante no processo do povoamento embora a estrutura desta tenha sido também sensível à localização do solo agrícola disponível.

⁶² ALMEIDA, António Campar (1995) - *Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem: Uma abordagem Ecológica da Paisagem*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento em Geografia Física. Coimbra

Na ilha os percursos desenvolvem-se preferencialmente pelo vale, criando uma forte relação nas linhas de circulação e no relevo. O crescimento urbano é feito por adições sucessivas, evoluindo tipologias construtivas diversas, não obedecendo a qualquer plano de planificação e usando malha viária pré-existente, não se nota qualquer esforço por parte das autarquias local, pois ainda não existe nenhum plano director municipal, no sentido de travar esse tipo de construção.

Ao pensarmos na lógica da evolução dessa área deparamos, nos últimos anos, com um aumento significativo da área florestal podendo ser maior se não fosse a escassez de chuvas e os incêndios florestais constantes.

4.3.3- Impacte ambiental provocado pelas alterações na ocupação do solo e na qualidade do ar

Ao darmos conta das grandes alterações produzidas nas malhas territoriais da ilha de Santo Antão somos levados a questionar-nos sobre as consequências e impactes dessas alterações na vida dos habitantes. Para o estudo em causa é particularmente importante a forma como se processa a drenagem das águas da chuva e a sua implicação directa com os usos e actividades instaladas no solo, sendo portanto um componente dinâmico que pode ser construtivo ou destrutivo.

A poluição do ambiente constitui uma grande preocupação nacional. Afecta, negativamente a saúde pública, provoca uma diminuição dos valores estéticos das paisagens e conseqüentemente o desenvolvimento turístico. Os principais indicadores da poluição ambiental são a existência de óleos usados no solo, dispersão e acumulação de resíduos sólidos não biodegradável, nas lixeiras, acumulação de gases de escape de veículas automóveis e de aerossóis no ar.

O estudo dos níveis de poluição⁶³ do ar é também importante, no caso, em Santo Antão. A poluição do ar deve-se a vários factores, como por exemplo, o crescimento exponencial de automóveis, que se faz sentir principalmente nos últimos anos e tem contribuído para a diminuição da qualidade do ar. É de considerar ainda a poluição do ar pelos aerossóis, proveniente do deserto do Sahara. Esta forma de poluição vem aumentando de intensidade durante os últimos anos e tem um impacto negativo sobre a saúde pública. No entanto a qualidade do ar de Santo Antão é considerada boa, pois é uma ilha em crescimento e não possui muitas fábricas. Também o perímetro florestal do planalto Leste tem uma grande importância na purificação do ar, o que justifica ainda mais necessidade de preservar e plantar mais árvores.

A qualidade da água, apesar de na ilha ainda não se ter verificado problemas, é notório e preocupante constatar a existência de várias unidades fabris de produção de aguardente que fazem afluir os resíduos da própria produção nas linhas de água, com conseqüente taxa de probabilidade de contaminação dos aquíferos. Água essa que poderá vir a ser usado nas lides domésticas, com efeitos na saúde pública, principalmente nas zonas rurais, não cobertas pelos serviços públicos de abastecimento de água existente nos três concelhos da ilha.

4.3.4. O plano de ocupação do solo definida no futuro MTPSA⁶⁴ e a realidade local

Identificar os diferentes domínios de ocupação do solo, detectando qual a evolução ao longo do tempo e alteração provocadas no meio foram algumas das tarefas que me propus realizar de modo a tentar prever a evolução futura, no sentido de se implantarem medidas profiláticas do ambiente. No caso da ilha de Santo Antão,

⁶³ Silva, Neusa do Carmo da Cruz Sancha, Inventário Preliminar dos Recursos Turistas de Santo Antão, Paul, Março de 2010, pág. 35.

⁶⁴ MODELO TERRITORIAL PARA A ILHA DE SANTO ANTÃO

apesar dos problemas que encontrei, posso afirmar que ainda se está a tempo de recuperar o meio ambiente, visto que os índices de poluição se encontram ainda em valores considerados baixos. No entanto, e dado o desenvolvimento recente da ilha, nomeadamente no que se refere ao crescimento industrial, do turismo e à evolução do consumo, rapidamente se poderão alterar esses índices e chegar a situações de alguma saturação. Para que tal não aconteça é necessário alertar a população, informando-a da situação presente e do sentido de evolução. Só assim se poderão inculcar normas de comportamento que respeitem e cuidem do ambiente, no sentido de minimizar os impactos inevitavelmente causados pelo crescimento industrial. O poder local, verdadeiro responsável pela gestão racional do espaço administrativo que lhe foi confiado, deverá estar na posse dos dados e agir atempadamente de modo a conseguir resultados positivos (Almeida, 1988).

A maneira como o Ambiente é percebido, sentido e vivido pela colectividade e o modo como se forma a consciência ambiental são determinantes na relação futura do Homem com o espaço, pois a chave de novas relações entre Homem e o ambiente só pode ser encontrada em novas relações entre os próprios homens (Thomas,, 1992). A tomada de consciência de que o crescimento acelerado e desordenado das actividades humanas é responsável pelo desequilíbrio ambiental e patrimonial permitirá a alteração dos padrões de comportamento humano. Assim, a educação ambiental e patrimonial e a participação dos cidadãos nas decisões deve considerar-se como duas apostas permanentes das políticas do governo central e local. Neste domínio pensamos não se estar a reunir as condições indispensáveis para uma actuação adequada, já que para além dos Planos de Pormenor que se encontram em elaboração, o conjunto de estratégias e actividades para Santo Antão, presentes no futuro MTPSA (MODELO

TERRITORIAL PARA A ILHA DE SANTO ANTÃO) não existem outros mecanismos de protecção.

Será a concentração industrial a melhor solução para o desenvolvimento sustentável da ilha de Santo Antão. Sendo ela uma ilha tradicionalmente de extensão agro-florestal a qualidade ambiental sempre foi uma realidade. As áreas de maior aptidão agrícola constituem elementos fundamentais no equilíbrio ecológico das paisagens, sendo igualmente o suporte da produção vegetal. A ocupação irracional destas áreas, as várias agressões de que tem sido objecto ao longo do tempo, designadamente de natureza urbanística e humana (incêndios), para além de destruírem a sua vocação natural, dão origem a inúmeros problemas de difícil solução e custos elevados.

Para a definição do modelo territorial que melhor serve a ilha de Santo Antão, numa perspectiva de muito longo prazo, num horizonte de sensivelmente 20-30 anos, formulou-se, na proposta das linhas orientadoras das Opções Estratégicas do Plano, apresentado ao Gabinete do Vice-Ministro, Ministro/Unidade de Coordenação do Ordenamento do Território (GOT), duas propostas alternativas. No primeiro modelo, numa perspectiva mais conservadora, propõe-se melhorar as principais redes viárias regionais com novos pavimentos. Este modelo não incluía a construção de um novo aeroporto devido à proximidade da ilha de São Vicente, nem tinha em vista modernizar o sector de transformação agro-pecuário e da pesca. Já o segundo modelo, mais ousado tendo em conta as potencialidades da ilha, previa a criação de uma rede viária requalificada, facilitando assim a mobilidade das pessoas e a fluidez de mercadorias, a construção de um aeroporto de carisma internacional, criar uma empresa única intermunicipal para abastecer a população de água, energia eléctrica e que tratasse dos resíduos sólidos e águas residuais, modernizar os serviços públicos, tais como a saúde

e a educação. Prevê-se ainda a criação de espaços potencialmente atractivos ao desenvolvimento do turismo e imobiliário, a expansão e modernização do porto da cidade do Porto Novo e mais alguns portos de recreios e cabotagens ao longo da costa Sul da ilha, apostando numa mão-de-obra qualificada e capacitada.

4.3.5. Que projecto para Santo Antão?

Embora a gestão dos recursos deve ser equacionada numa perspectiva nacional, as opções necessitam ser fundamentadas numa análise compreensiva das potencialidades regionais e local.

Para haver uma maior articulação entre Santo Antão e as restantes ilhas, visto que já existe uma ligação marítima regular entre a ilha e São Vicente e face ao desenvolvimento do sector turístico, o governo deveria a médio prazo construir um aeroporto, que possa articular as ligações áreas com a capital, uma vez que desde 1999 a ilha de Santo Antão não tem ligações aéreas, por causa das más condições do aeródromo.

Através dos estudos que se têm vindo a realizar comprovou-se que as diversas regiões da ilha, possuidoras de diferentes tipos de oferta para aproveitamento turístico, devem definir os seus objectivos com base nas potencialidades regionais e devem implementá-las de acordo com uma política definida e orientada para os efectivos interesses da comunidade, potenciando, ainda, a capacidade a todos os intervenientes locais de intervirem na vida social e económica local numa perspectiva de sustentabilidade, isto é, trabalhar com as possibilidades e recursos reais do lugar.

É neste âmbito que se propõe a utilização de “paisagens” (locais de estadia breve e descanso) e quiosques que possam contribuir para recuperação das frágeis

economias registadas na região, bem como o aproveitamento da matéria-prima tão disponível e barata, como é a paisagem santantonense.

A repartição sazonal do turismo é uma solução a adoptar pela dispersão que possibilita na recepção ao turista, visitantes e imigrantes, beneficiando as diferentes capacidades de carga, o comércio em geral, os serviços prestados pelos locais, a menor interacção nas infra-estruturas, a possibilidade no alongamento temporal de compras de artesanato, mais qualidade nas visitas guiadas, melhor contacto com a população, mais disponibilidade no convívio, entre outras. Deste modo evitar-se-ia a inactividade forçada na época em que não se registam visitas turísticas, penalizando toda a comunidade, sem excepções.

Mas, para cada situação é necessário ponderar as vantagens e os inconvenientes do desenvolvimento considerando, entre outros, os seguintes aspectos:

- 1- A capacidade de utilização dos recursos sem risco de esgotamento;*
- 2- O controlo da expressão de actividades que contrariem o equilíbrio ambiental;*
- 3- O impedimento da degradação do meio físico e da destruição ou adulteração do património ambiental;*
- 4- Criação de defesas contra as vulnerabilidades: especulação sobre o valor do e perturbações sobre o valor do solo e perturbações no comportamento social;*
- 5- Garantia de uma planificação global integrada das infra-estruturas e serviços de unidade territorial. Quando quotidianamente a realidade nos demonstra que a urbanização tende a destruir os recursos naturais e patrimoniais, torna-se cada vez mais importante a defesa do património*

natural e construído, evitando o desaparecimento de zonas verdes que tão indispensáveis são à qualidade de vida dos cidadãos assim como dos vestígios materiais que documentam a história da ilha. O desafio do desenvolvimento da ilha envolve a construção de um projecto que se pretende mobilizador das suas potencialidades, introdutor de novos factores de crescimento e atenuador das suas principais fragilidades. Os contornos deste projecto decorrem da análise e do diagnóstico efectuados e dão corpo ao futuro desejado para a ilha, futuro este que se pauta pelos objectivos de desenvolvimento a nível nacional.

5. Conclusões e Sugestões

Este capítulo tem como objectivo analisar e tirar algumas conclusões sobre o estado do Património e do Ambiente na ilha de Santo Antão. Aproveito também, com base no conhecimento que tenho deste território, para deixar algumas sugestões...

Ao terminar este trabalho projectado no âmbito da tese, mesmo enfrentando várias dificuldades, o que é normal em qualquer trabalho de investigação, e a falta para não dizer rara, bibliografia disponível e a pouca abertura de algumas entidades em disponibilizá-la, considero que cumpro os objectivos a que me havia proposto inicialmente: realizar um estudo global da Ilha de Santo Antão.

Santo Antão é uma ilha rica, do ponto de vista histórico pelos vários episódios marcantes (que mereciam ser estudados) que teve ao longo dos séculos. No entanto, poucos são os livros ou artigos que retratam os feitos gloriosos, berço de grandes homens que fizeram história na ilha, no país e no mundo, tais como o Físico Notável Roberto Duarte Silva. A história que se ensina em Cabo Verde é centralizada nos descobrimentos e na Cidade Velha, sua ascensão e decadência.

Como santantonense, senti a necessidade de chamar a atenção dos políticos locais para preservar o melhor que temos, ou seja, o Ambiente e o Património. Com o desenvolvimento do turismo, e conhecendo as potencialidades e as qualidades da ilha, pretendi contribuir para o desenvolvimento económico da região com base na utilização dos seus recursos e num turismo sustentável - que trará a melhoria de vida dos habitantes, criando empregos que envolvem todas as comunidades - melhorando

assim o bem-estar e contribuindo para a integração social dos residentes e para o desenvolvimento cultural da ilha.

A partir do estudo agora realizado e com base nos dados disponíveis, considero que deveria deixar também algumas sugestões...

1. À Câmara Municipal da Ribeira Grande, sugeria a recuperação dos dois cemitérios judaicos, criando um decreto de lei municipal onde declarasse esses dois monumentos como de interesse público, e com coima contra terceiros que tentassem vandalizá-los. Pelo seu valor histórico e patrimonial deveriam ser dados a conhecer à população da ilha, do país e também dos turistas.

2. Criar uma lei contra o vazamento dos detritos da indústria da aguardente nos cursos de águas.

3. Controlo da pastorícia, para salvaguardar as espécies da flora e fauna endémicas.

4. Melhorar as técnicas agrícolas através de acções de formação (a qualidade de vida da população rural exige a utilização racional das terras cultiváveis e não cultiváveis) visando os seguintes objectivos: a luta contra a desertificação; a protecção do solo e da água; a protecção da fauna e da flora; a valorização da paisagem.

5. Criar zonas intituladas de reservas naturais, tanto terrestres quanto marinhas.

6. Dinamizar os caminhos pedestres através da sua recuperação e criando condições a fim de desenvolver o ecoturismo.

7. Criar um plano de Ordenamento do Território e do Património, salvaguardando assim todo o património edificado, evitando também a destruição das casas coloniais e um plano de reabilitação e viabilização das zonas históricas através

de projectos arquitectónicos que proíbam a construção de edifícios com mais de dois andares. Esta recuperação do Património construído pode ser realizada pelo poder central, local ou por particulares.

8. *Criar actividades nos tempos livres/férias dos jovens e/ou para os desempregados, relacionadas com a prevenção ambiental, com o intuito de fomentar a sensibilidade para estas questões.*

9. *Condições de recepção ao turista, com a disponibilidade de um organismo de apoio, como um Centro de Informação Turístico que deve actuar de modo mais alargado e abrangente.*

10. *Criação de roteiros turísticos que englobem a passagem (e passeios) pelas antigas calçadas, aquedutos e casas tradicionais;*

11. *Emissão de folhetos informativos, de modo a elucidar o turista sobre os preços praticados na ilha e serviços disponibilizados (restaurantes típicos e alojamento).*

12. *Por último, mas não menos importante, educar os cidadãos para a preservação do seu(s) Património(s). Esta é uma acção que deveria ser realizada pelo Governo a nível das escolas (ocupação dos tempos livres ou actividades curriculares), dos desempregados e junto da população mais idosa, pois só através da sensibilização das bases se pode vir a obter bons resultados na gestão e protecção de Cabo Verde.*

6. Bibliografia

6.1. Geral

[1]. ALMEIDA, António Campar (1988) - *O Concelho de Anadia: do Cértima ao Rebordo montanhoso. Um contributo de Geografia Física para o urbanismo.* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado em Geografia Humana. Coimbra.

[2]. ALMEIDA, António Campar (1995) - *Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem: Uma abordagem Ecológica da Paisagem.* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento em Geografia Física. Coimbra.

[3]. AMARAL, Ilídio (1991) - Cabo Verde – Introdução Geográfica. *História Geral de Cabo Verde.* Lisboa (S/ed.), vol. I.

[4]. FERRÃO, Maria Haydée (1998) - *Subsídios para a história da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462-1900).* Instituto de Promoção Cultural (tese policopiada).

[5]. FERREIRA, José Manuel Pires [s.d] – *GERAÇÃO DOURADA- Ensaio da História do Paul Santo Antão, 1861-1893.* (S/ed.).

[6]. FERRO, Carlos R. N. (1898) - *Estudos sobre a ilha de Santo Antão, Província de Cabo Verde.* Lisboa: Imprensa Nacional.

[7]. GOMES, Isildo (2001) - *Subsídios para a Elaboração de Plano de Gestão de Recursos Biológicos nas Futuras Áreas protegidas – Santo Antão,* Praia, Abril.

[8]. GOMES, I. (1995) - *Plantas endémicas e árvores indígenas de Cabo Verde.* In: I. Gomes, S. Gomes, M. T. Vera - Cruz. - São Jorge dos Órgãos: INIDA.

[9]. PERREIRA, Daniel (1993) - *Recortes da história da ilha de Santo Antão,* Praia, Junho.

[10]. ROCHA, Agostinho (2000) - *Subsídios para a história da ilha de Santo Antão, (1462-1983),* Praia, ed. Autor com o patrocínio do Ministério da Educação.

[11]. SERELS, M. Mitchell- *Jews of Cape Verde (1997) - A brief history.* Seppl-Hermon press, INC, Brooklyn.

[12]. SILVA, Neusa do Carmo da Cruz Sancha (2010) - *Inventário Preliminar dos Recursos Turistas de Santo Antão*. Paul, Março.

[13]. THOMAS, Tom, (1992). *JLEcologie du sapeur*. Edition Albatroz, Paris.

[14]. TRICART, J. e KIEWIETDEJONGE, C. (1992) – *Ecogeography and rural management. A contribution to the International Geosphere-Biosphere programme*. Longman, Londres.

6.2. *Revistas e outros Documentos consultados*

1. GABINETE DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO/UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. (1998). “Orientações Técnico - Metodológicas para a Elaboração de Planos Urbanísticos.” Paria, Cabo Verde.
2. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE (1997). «Caracterização Física dos Centros Urbanos do Concelho da Ribeira Grande. Inventariação dos Recursos Naturais, Infra-Estruturas e Equipamentos e Projecção no Horizonte do Plano Director Municipal.» Equipa dos Recursos Naturais, Hidrologia e Hidráulica. Praia, Cabo Verde.
3. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE (2002). RECENSEAMENTO GERAL. POPULAÇÃO E HABITAÇÃO – Ano 2000. Praia, Cabo Verde.
4. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS, ESTUDO DO SECTOR DA PESCA ARTESANAL NA ILHA DE SANTO ANTÃO, DIAGNOSTICO DAS COMUNIDADES, Agosto, 1998, INDP, Mindelo- São Vicente, Cabo Verde, Dezembro, 1999, Ref. (DPD/037- A)
5. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÃO/Gabinete Intermunicipal. (1994). “Plano de Desenvolvimento de Santo Antão – 1994-1997. “Tomo I. Diagnóstico da -Situação Actual. Santo Antão, Cabo Verde.
6. Revista de informação regional montanha, (1991) nº 1, Julho.

7. Revista Ekhos do Paul, Junho, (1996), nº 8/ 91.
8. GTI, (1999). Plano de Acção para o Ambiente.
9. GTI, (1999). Plano de Desenvolvimento de Santo Antão.
10. Plano Ambiental Municipal, (2004), AMSA, Santo Antão, Cabo Verde.
11. Guia Turístico De Santo Antão, (1998) AMSA, Santo Antão, Cabo Verde.
12. Legislação Nacional. Património Arquitectónico e Arqueológico (1999), Lisboa: IPPAR.

6.3. Sites consultados:

- [1]. <http://www.cvfaidata.com/santoantao.htm>,
- [2]. <http://www.cvfaidata.com/ptguidecarte.htm>,
- [3]. www.googleearth.com,
- [4]. <http://dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=96EDFCE3-CBFE-41C3-BE88-4D81A555AB96>,
- [5]. <http://dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=D2FEB584-A9A2-4B07-98C6-441586DE9683&listaUltimos=1>,
- [6] www.ecaboverde.com,
- [7] www.cabo-verde-foto.com,

7. Anexos

7.1. Cartografia

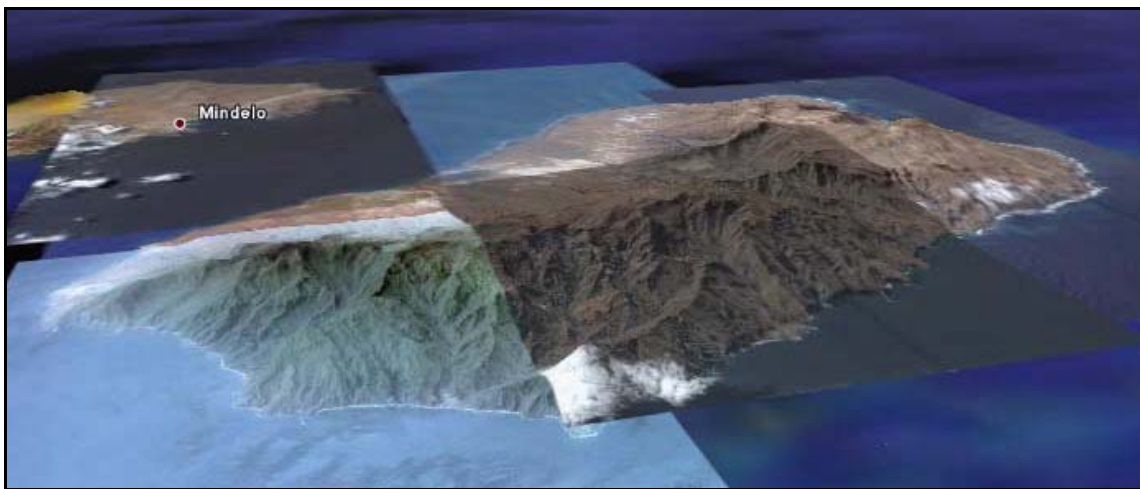


Fig. 1. Panorama Nor-nordeste da ilha, (Fonte: www.googleearth.com).



Fig 2. Ilha de Santo Antão. <http://www.cvfaidate.com/santoantao.htm>



Fig 3. Mapa do arquipélago de Cabo Verde.

<http://www.cvfaidata.com/ptguidecarte.htm>.

7.2. Património Edificado



Fig. 4. Fachada principal de uma casa na Vila da Ponta do Sol



Fig.5. Vista sobre o Terreiro da Vila da Ribeira



Fig. 6. Vista geral do cemitério Judaico da Penha de França.



Fig. 7. Pormenor de um túmulo do C. Judaico da Penha de França.



Fig. 8 Vista parcial do Cemitério Judaico da Ponta do Sol.



Fig 9. Pormenor de um tumúlo do C. Judaico da Ponta do Sol



Fig. 10. Panorama do altar da Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Fig 11. Capela de São Cistovão, interior da Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Fig. 12. Pia baptismal, interior da Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Fig. 13. Vista de um rua da Vila de Ribeira Grande.



Fig. 14. Interior da Capela de Nossa Senhora da Penha.



Fig. 15. Imagem de Nossa Senhora da Penha, interior da Capela.



Fig. 16. Fachada principal de uma casa na Vila da Ponta do Sol.



Fig. 17. Casa rural com cobertura em palha



Fig. 18. Casa de arquitetura colonial em meio rural.



Fig. 19. Centro de Saúde da Vila das Pombas



Fig.20. Vista panorâmica sobre o vale de Chã de Pedras.



Fig. 21. Interior do vale da Ribeira Grande.



Fig.22. Caminho pedestre Ponta do Sol / Corvo



Fig. 23. Vista Parcial sobre Santa Isabel

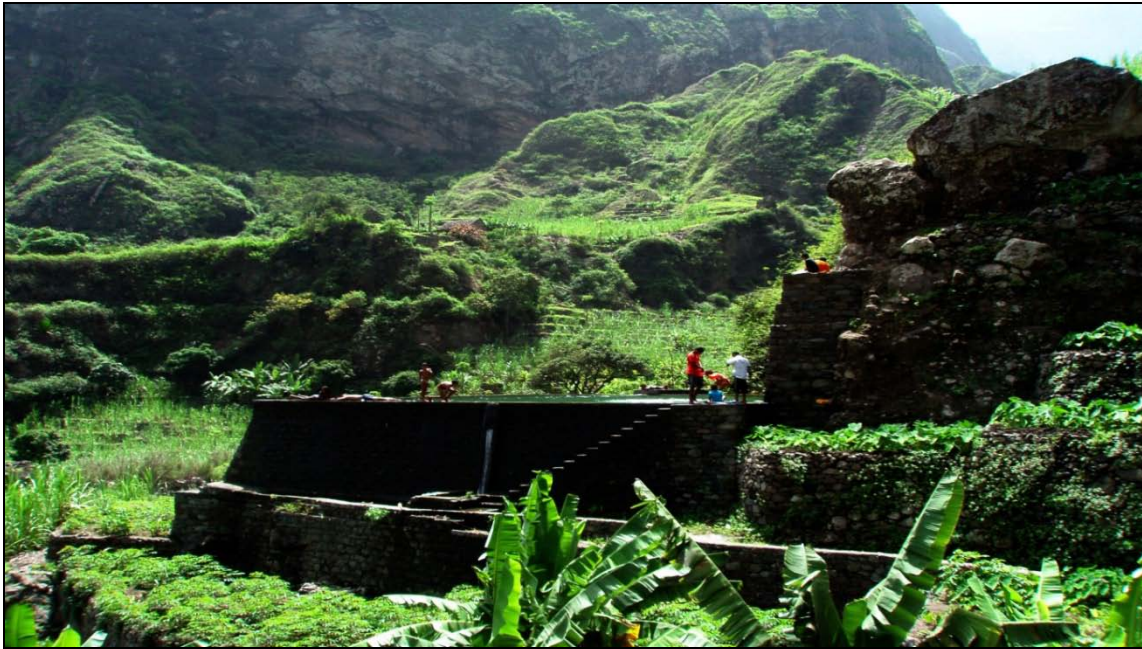


Fig. 24. Tanque no Vale do Paul



Fig. 25. Vista parcial sobre Boca de Altemira



Fig. 26. Cratera do extinto vulcão- Cova



Fig.27. Miradouro Delgadinho de Corda



Fig. 28. Corda



Fig. 29. Vista panoramica sobre o Vale do Paul, Visto de Cova



Fig. 30. Queda de água na Ribeira do Paul



Fig. 31. Floresta do Planalto Leste



Fig. 32. Cascata das Neves



Fig. 34. Cova da água



Fig. 35. Tapume



Fig. 36. Praia Larga



Fig. 37. Lenhal



Fig. 38. Selada

7.4. Plantas endémicas da Ilha de Santo Antão



Fig. 32. Drageiro



Fig. 33. Carapato/ sisal



Fig. 34. Gestiba



Fig. 35. Saião



Fig. 36. Losna



Fig. 37. Erva-Cidreira



Fig. 38. Lingua de Vaca



Fig. 39. Tortolho



Fig. 40. Cravo – de - burro